

DEPÓSITO
-0.7.1963

QUA DRA NTE

jornal

da

associação

académica



da faculdade de direito ★ lisboa

DA UNIVERSIDADE CADUCA À UNIVERSIDADE NOVA

Por **HELDER COSTA** e **RUI NAMORADO**

Fala-se duma decadência da Universidade portuguesa. É um facto insofismável, que devemos colocar como consequência de um mal social há muito verificado, fruto necessário dum mal total. Logicamente, como a Universidade assenta em raízes deficientes, irá acelerar ainda mais a decadência desse todo.

Passaremos a focar unicamente a parte que nos interessa, a universitária. Com esta introdução, pretendemos salientar, que o que se verifica nesta parte especial, não é mais que o momento duma realidade há muito constituída.

UNIVERSIDADE OBSOLETA

A Universidade não cumpre como centro de formação profissional; as causas desta deficiência encontram-se no processo de ensino. O professor não tem uma especial preparação pedagógica; raramente passa a barreira que separa o especialista do mestre. Pode até sentir interesse pela investigação científica, mas as necessidades económicas obrigam-no a preferir uma cátedra, posto que constitui presentemente uma espécie de lugar ao sol, pelas poucas exigências profissionais que comporta, e pela remuneração (que embora insuficiente, será, pelo me-

nos, uma quantia certa) que lhe oferece.

A conquista deste lugar, provoca geralmente uma espécie de estagnação; não existe nele um progresso profissional, nem uma curiosidade mental ou intelectual, salvo honrosas excepções. Este profissional estático, só poderá criar mestres e profissionais com as mesmas características. Paradoxalmente, verifica-se a criação duma mentalidade acomodaticia e obsoleta, em indivíduos que constituiriam obrigatoriamente uma elite.

NÃO SE CONSEGUE UMA FORMAÇÃO TÉCNICA

No processo de ensino, enaltece-se a memória reprodutora de sebetas, e combate-se e amesquinha-se o espírito crítico do aluno, as suas tentativas tímidas de dinamização da matéria. Para maior integração num sentido escolástico de ensino, temos uma hiper-especialização teórica, com afastamento directo do conhecimento prático, de contactos com a realidade social, que está em vista, em última análise.

Verifica-se progressivamente um aumento de universitários, sem um fenómeno correspondente da parte do corpo docente; aquele professor, que já anteriormente teria dificulda-

des de comunicação e colaboração com os alunos, transforma-se pelo condicionalismo atrofiante em conferencista. O auditório passivo, que se vê colocado diante dele, tem a sua quase única oportunidade de comunicação com o mestre no exame, ou melhor, no tribunal sem apelação, onde se vê sujeito frequentemente a um regime discricionário, onde pode perder todo o trabalho de um ano.

Todos estes factores, além de criarem uma tacahez geral de ensino, originam um mal complementar, que é o desinteresse do estudante pela matéria a que se dedicou, o abandono duma investigação que seria sempre indispensável para uma verdadeira competência profissional; esta triste regra é confirmada

por umas tantas excepções, que se revelam caricatamente insuficientes, se realmente se deseja progredir e não regredir.

Além do mais, todo este processo de ensino e estudo universitários dá origem a um individualismo feroz na massa estudantil, com o consequente abandono e desprezo dos conceitos de solidariedade e ajuda mútua que devem coordenar indivíduos destinados à prossecução de fins comuns para uma utilidade social.

Dada a sua preparação, o universitário estaria predeterminado para lugares de chefia, constituindo a futura elite do país, sendo o técnico integrado no meio ambiente.

Para preencher e realizar esses lugares, para ocupar

(Continua na pág. 4)

Em Roma o imposto começou por não existir...



NAS RODAS DO MOVIMENTO

Por RUI NEVES

I — S. N. E. P.

Uma vez consolidadas as estruturas de base do movimento associativo, com o desenvolvimento, apesar de tudo, das Comissões Pró-Associação e Associações Académicas, fez-se sentir a necessidade de constituir uma série de estruturas de coordenação, cuja cúpula fosse a **União Nacional dos Estudantes Portugueses**. Nos últimos anos, e paralelamente ao fortalecimento do movimento associativo, deram-se, nesse sentido, os primeiros passos: aumentaram as Reuniões de Convívio e Encontros para todo o país. Chegou-se mesmo a criar, no I Encontro Nacional de Estudantes em Coimbra, o **Secretariado Nacional de Estudantes Portugueses (SNEP)**, que só não funcionou, em virtude do condicionalismo de então.

Surge-nos, este ano, e de novo, o mesmo **Secretariado Nacional de Estudantes Portugueses**, renovado e com uma maior capacidade de iniciativa e acção. Publicou, à escala nacional, dois comunicados, no último dos quais, a ser lido e meditado por todos os estudantes, se fixa uma orientação ao movimento associativo: a) Reorganização das estruturas de base; b) Repúdio do decreto 44 632 — devendo toda a acção associativa ser orientada para esses fins.

Estamos certos de que o **SNEP** não surgiu prematuramente e corresponde antes à linha de desenvolvimento do movimento associativo, que, actualmente, exige já estruturas de coordenação.

2 — O «INTERESSE GERAL»

Integrado na Semana de Recepção aos Caloiros em Ciências, foi inaugurada uma Exposição de Actividades Circum-Escolares daquela Associação,

sobre a qual queremos fazer algumas considerações.

Numa altura em que as AA.EE. são vítimas de ataques dúbios e de tentativas legais de as suprimir (dec. 44 632), esta oportuna Exposição veio demonstrar a importante função que as AA. EE. desempenham na Universidade, dando satisfação a todo um conjunto de necessidades sociais e culturais do estudante e completando a sua formação técnica e humana. Sobretudo, são muito elucidativos os dados referentes ao funcionamento da Cantina de Ciências, que já oferece refeições de alto valor alimentar por 10\$00 (mesmo aos sócios de outras Associações).

E, como ainda não foi considerada de «interesse geral», passando à administração directa das autoridades (art. 10.º e 11.º do dec. 44 632), pode esta Cantina, gerida por estudantes, dar plena satisfação a uma das funções sociais das AA. de EE.

3 — CONFRATERNIZAÇÃO NO TÉCNICO

Realizou-se, no passado mês de Novembro, um almoço de confraternização dos alunos de Direito, no Técnico, que decorreu num ambiente de sã camaradagem e ao qual assistiram mais de uma centena de colegas. A localização do almoço no Técnico teve por fim dar mais um passo para suprimir a separação absurdamente levantada entre estudantes da Clássica e da Técnica.

4 — CONGRESSO DO ENSINO DE ENGENHARIA

Realizou-se, recentemente, no I. S. T. um **Congresso do Ensino de Engenharia**, em que participaram Professores, Assistentes, estudantes e numerosos engenheiros de todos os ramos, estando presentes alguns dos mais qualificados especialistas do ensino em Portugal.

Foram apresentadas 55 comunicações e tiveram lugar úteis debates. Do muito que se disse, queremos salientar as seguintes conclusões:

— **insuficiência dos quadros técnicos** em Portugal, o que põe em risco qualquer plano de desenvolvimento social e económico;

— foi apontado um vasto conjunto de **erros pedagógicos** que envolve e prejudica o ensino da engenharia em Portugal, tendo sido propostas várias soluções e alguns esquemas de reforma, visando, inclusivé, todo o ensino nacional;

— chamou-se a atenção para o **estado social de certas classes**, como uma das principais barreiras do acesso geral à Universidade;

— salientou-se a **utilidade e mérito das AA. de EE.**

Sobre este último ponto, transcrevemos alguns breves passos da comunicação do Sr. Eng. Protes da Fonseca:

«A actividade circum-escolar do estudante surge-nos como um pilar de todo o processo formativo de futuros profissionais aptos e úteis à sociedade...»

«Esta livre actividade do universitário terá que se aceitar como uma realidade que nunca deverá ser ignorada, minimizada ou reprimida...»

«Organizados os estudantes em AA. de EE., deverão estas manter estreito contacto com as autoridades escolares e corpos docentes, passando-se para as Reitorias das Universidades e para as Direcções das Escolas a maior parte das atribuições que, neste campo, são presentemente conferidas a órgãos superiores do Ministério da Educação Nacional».

5 — A RECEPÇÃO AOS NOVOS ALUNOS

O movimento associativo intensifica-se, de dia para dia, apesar de todas as limitações que lhe tornam quase impossível a acção e expansão.

Os inícios de actividade, normalmente lentos e prejudicados pelo condicionalismo do ensino que impõe umas férias longas e lazentas, são, este ano, ainda mais morosos e difíceis. Se essa actividade já em algumas Escolas tomou assento e procura pôr-se a par da evolução do associativismo estudantil, noutras, como Direito e Letras, em virtude de circunstâncias externas, está profundamente atrasada, prejudicando todo o conjunto estudantil português.

Em quase todas as Escolas já se realizaram as Semanas de

Recepção aos Novos Alunos, mais brilhantes umas do que outras, mas que, duma maneira geral, desempenharam a função que se propunham: uma relativa integração dos novos alunos e estreitamento das relações entre estudantes.

Torna-se necessário, no entanto, imprimir a estas importantes realizações um maior dinamismo, de maneira a que nelas participem realmente os novos alunos e não, como geralmente sucede, os já integrados, adiando-se assim, para mais um ano, a sua real entrada no movimento associativo.

Não se conseguiria isso, fazendo com que os novos alunos participem amplamente na organização das realizações das Semanas de Recepção?

6 — «UMA UNIVERSIDADE AMASSADA DE MUITO PASSADO E POUCO PRESENTE»

Pela sua capacidade e importância, não podemos deixar de transcrever algumas partes da alocução do **Sr. Eng. Manuel Garrido**, regente das cadeiras de electricidade do I. S. T., pronunciada na abertura da Semana de Recepção aos Novos Alunos, organizada pela Associação de Estudantes daquela Escola.

Ao definir Universidade, considerou-a como responsável não só pela formação profissional mas também humana do estudante e que devia ser aberta a todos e não, só aos poucos que actualmente a ela têm acesso. Disse ainda da urgente necessidade duma Reforma do Ensino Superior, que, apesar de todas as recentes iniciativas e sugestões, continua por realizar.

Em seguida, tendo concluído da incapacidade da Universidade Portuguesa em se renovar, apontou algumas das razões desse facto: 1.ª, a baixa taxa de frequência aos cursos científicos (50 %) em relação aos literários, ao contrário do que sucede em países mais desenvolvidos. Em Portugal, a situação agravou-se no último decénio, visto que, em 1950, aquela percentagem era de 60 %.

«A História fornece exemplos de sociedades, hoje ultrapassadas, em que as preocupações literárias, artísticas e jurídicas, absorveram grande parte do seu esforço intelectual. Eram sociedades apoiadas em relações de produção pouco evoluídas, nas quais a técnica desempenhava um papel muito secundário, estruturadas em grandes dife-

renciações sociais, em que o trabalho escravo ou semi-escravo de muitos sustentava as divagações intelectuais de alguns. A evolução histórica levou à intensificação da actividade técnica e científica das modernas sociedades, necessárias à resolução dos problemas económicos fundamentais. Esta resolução não é contudo ainda possível na actual fase da civilização, em que 2/3 da população mundial vivem subalimentados e privados dos benefícios da técnica moderna.»

Referindo-se ao problema universitário em Portugal, o Eng.

sobreviveu, pois, com a grande maioria das características do século passado. As Universidades de Lisboa e Porto, mais recentes, evoluíram diferentemente para um autoritarismo exagerado, a que já se tem chamado «tipo novo-rico». Sendo Universidades sem história e tradição, apresentam uma docilidade total a exigências alheias, vivendo funcionalizadas, como qualquer repartição de ministério. O mesmo se passa com a Universidade Técnica, fundada, como se depreende da sua constituição, para satisfazer encomendas oficiais.

da numa sociedade em evolução.

A missão cultural da Universidade, neste momento, é da directa responsabilidade dos seus professores e alunos».

A terminar, aquele professor do Técnico afirmou que «só considera possível uma Reforma profunda da Universidade, quando for precedida duma profunda reforma da própria sociedade. Isto não impede que qualquer reforma, mesmo parcial, deva ser tentada e considerada como efectivo factor de progresso».

No final, a grande assistência

com os estudantes enlutados, ao pedir a demissão do cargo que ocupava.

8—AINDA É POSSÍVEL A COOPERAÇÃO

Com a nomeação do Sr. Prof. Dr. Paulo Cunha para Reitor da Universidade Clássica, consequente à chamada do Prof. Galvão Teles para o cargo de Ministro da Educação, inicia-se um novo período nas relações entre autoridades e estudantes. Ainda é cedo para se apreender total e nitidamente esta nova orientação. Para já, um facto: saindo

ASSOCIATIVO

Manuel Garrido constatou o progressivo divórcio entre a Universidade e as nossas necessidades sociais, acentuando que só 30 % dos alunos que frequentam cursos técnicos se dedicam à ciência pura, sendo os restantes para cursos profissionais. «Esta percentagem é baixa, mesmo em países desenvolvidos. No nosso país, a que se prefere chamar em vias de desenvolvimento, esta percentagem é francamente insuficiente. É fundamental, para uma sociedade que pretende evoluir, a formação de cientistas que estudem as suas realidades sociais, económicas, políticas ou físicas, e cuja missão não deve ser confundida com a missão dum técnico profissional, confusão lamentável que tem lavrado em Portugal».

Aquele mestre concluiu que a Universidade Portuguesa não responde às presentes necessidades de desenvolvimento da nossa sociedade. Para melhor explicar as deficiências actuais, fez uma breve análise da história da Universidade.

«A irresponsabilidade social da Universidade vem de longe. O que era normal na Idade Média — o isolamento da sociedade — prolongou-se, com consequências graves, para os nossos dias. A Universidade de Coimbra, caduca e ultrapassada, apesar da Reforma Pombalina, só foi renovada parcial e imperfeitamente no séc. XIX. Manteve-se a mentalidade fossilizada da Universidade medieval, que actuava como elemento de reacção, acentuando-se o antagonismo professor-aluno e a dissolução moral e intelectual do corpo docente. É esta Universidade amassada de muito passado e pouco presente que a revolução burguesa vem encontrar em 1910. A primeira Reforma profunda da Universidade em 1911 falhou, e, talvez por isso, a própria revolução burguesa em Portugal.

A Universidade de Coimbra

Necessitamos duma Universidade autónoma, aberta a todas as correntes e problemas da época em que vivemos e tendo como objectivo único servir os superiores interesses da sociedade que a criou e a sustenta. Não deverá isolar-se ao sabor duma falsa aristocracia intelectual, nem tão pouco colocar-se ao serviço exclusivo de determinado programa ou corrente. Deve urgentemente orientar e defender as aspirações da comunidade a que se dirige e cuja sobrevivência tem de assegurar. Só assim será um factor de progresso».

Ao falar, em seguida, da missão cultural da Universidade, o Eng. Manuel Garrido afirmou: «Falhou também a missão cultural da Universidade, pois, intencional ou acidentalmente, se têm confundido cultura com instrução, e reduzido o professor e aluno àquele produto do séc. XX a que se chama correntemente o «bárbaro moderno».

A verdadeira cultura começa onde acaba a instrução. O nosso universitário tem-se limitado a chegar às portas da verdadeira cultura sem nunca ter tido a coragem de as transpor, e, por isso, não pode tomar consciência das necessidades nacionais. A verdadeira cultura não é recebida passivamente, é cria-

tributou à alocução do Eng. Manuel Garrido uma longa e estrondosa ovação.

7—O NOVO MINISTRO DA EDUCAÇÃO NACIONAL

Como é já do conhecimento geral, passou a sobraçar a pasta da Educação Nacional o **Prof. Galvão Telles**, antigo Director da nossa Faculdade. «Quadrante» congratula-se com o facto e aqui anuncia a sua esperança de um melhor entendimento entre a Universidade e os governantes, cónscio de que as boas intenções de quem preside às questões da educação são quanto basta para resolver os problemas que ora pendem e entravam a satisfação das mais primárias necessidades da população estudantil. E, porque aquela entidade deu já mostras de reconhecer a razão que nos assiste, esperamos, confiantes, a justiça por que vimos reclamando.

• Foram nomeados, para o cargo de Reitor da Universidade Clássica, o **Sr. Prof. Paulo Cunha**.

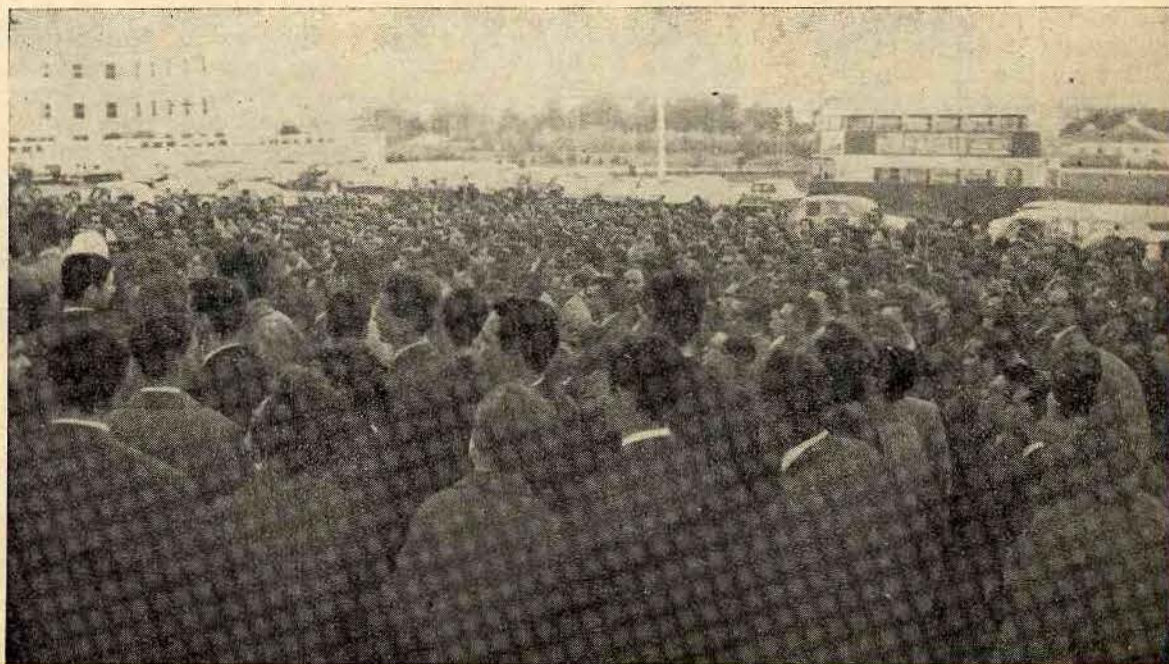
E para Vice-Reitor da mesma Universidade o **Sr. Prof. Ramos e Costa**, ex-Director da Faculdade de Ciências, que, durante a crise universitária do ano passado, se revelou solidário

de um isolamento impertinente, as autoridades procuram os estudantes. O Sr. Ministro recebe os dirigentes associativos e o Sr. Reitor entrevista-se com eles. Nestes contactos, muitos mal-entendidos se desanuviam, muitas promessas se fizeram.

Como afirmava um comunicado das AA. de EE., os dirigentes associativos estão dispostos a juntarem-se a professores e autoridades académicas na construção de uma nova Universidade. Os estudantes sempre reivindicaram uma reforma profunda da Universidade, que teria como condições primeiras um acesso geral ao ensino superior e uma autonomia autêntica. Por seu lado, as autoridades afirmam agora, um tanto timidamente embora, que querem construir uma nova vida universitária. Mas é necessário que se defina bem o que é uma Universidade nova. Não vá suceder puxarem uns para um lado e outros para o outro.

A acção dos estudantes no ano anterior foi um passo decisivo para a solução do problema universitário. As autoridades parecem agora reconhecê-lo. A cooperação ainda pode ser possível.

(Continua na pág. 5)



um posto de tanta responsabilidade social, seria necessário que além de técnico, ele fosse um homem culto e actualizado.

NÃO SE REALIZA A FORMAÇÃO CULTURAL E HUMANA

Falamos da cultura que tem consciência de meios sociais e de necessidades actuais; falamos de uma verdadeira cultura, a que é constituída pelos graus de conhecimento e humanização que podem conduzir à identificação de problemas entre um médico, um engenheiro, um advogado, etc. e um homem do povo.

Neste aspecto tão importante e essencial da missão universitária, nada temos a criticar. Nada temos a criticar, porque nada se realizou, porque nada existe.

Como parte final do que é a Universidade portuguesa, iremos referir-nos à sua personalidade. Dentro do seu seio, os estudantes estão despersonalizados, são reduzidos a uma situação de objecto, a uma posição manobrável.

A UNIVERSIDADE REVELA-SE INCAPAZ DUMA VERDADEIRA AUTONOMIA

O trabalho associativo estudantil é acusado de objectivos menos sãos e sinceros; olvidam-se, propositalmente, as iniciativas de formação cultural e humana, que se têm efectuado a partir das Associações de Estudantes.

Tenta-se assim desvirilizar o germen organizador, latente numa unidade de interesse. Não podem tomar iniciativas, as suas reivindicações não são aceites, são perseguidos e castigados, quando tomam uma atitude mais positiva perante qualquer problema.

A Universidade toma em relação a forças externas posições de subserviência. Na medida em que se ocupa em destruir a força de um dos seus elementos constitutivos — os estudantes — e em que se revela incapaz duma verdadeira autonomia, ela própria se revela despersonalizada e em desacordo com a concepção corporativa onde se diz incluída.

A UNIVERSIDADE NECESSÁRIA

O progresso de qualquer país não se consegue sem bons técnicos, engenheiros, médicos, economistas, competentes. A Universidade é o centro de formação de todos estes especialistas.

Da sua qualidade depende a qualidade destes, da sua qualidade depende, portanto o progresso do país. Sem um ensino superior eficaz o desenvolvimento dum povo emperra. Em vez de correr, arrasta-se. A Universidade Portuguesa deverá ser, assim, o núcleo capaz de dinamizar a conjuntura económica-social presente, **um centro de formação pro-**

tâncias actuais, em que o diplomado tem de ser um elemento particularmente consciente, de modo a poder, para além da sua profissão, desempenhar o papel de guia, de difusor de conhecimentos. Tem por isso, de desembarcar na vida com uma perspectiva lúcida do mundo que o rodeia. Consegui-la-á através da cultura. **Da cultura que**

esperançosa de um sonho que queremos construir. Dois pontos afastados. Cumpre-nos agora procurar no presente o impulso renovador das velharias e a via em que se moverá.

Por um dos paradoxos de que se alimenta o movimento das sociedades, na parte mais atingida da Universidade afirma-se o vigor capaz de desencadear uma

DA UNIVERSIDADE CADUCA À UNIVERSIDADE NOVA

fissional moderno e eficiente.

Para isto, o ensino tem de conseguir a absorção de todas as conquistas das ciências, dando-lhes depois a eficácia que só uma orientação prática conseguirá. Na verdade, o treino na aplicação constante dos conhecimentos que vão sendo adquiridos é um contributo essencial para o enriquecimento das virtualidades dum ensino. Impõe-se, portanto, que o aluno seja ligado à prática ainda durante o seu curso.

Para além de tudo isto, importa ainda criar as condições para sanear toda a atitude mental do estudante. O espírito crítico e a originalidade têm de passar a ser protegidos, deixando de ser encarados como curiosas e atrevidas excepções, perigosas de vez em quando. É que nem se trata aqui apenas de um dado essencial de qualquer formação saudável. Trata-se também de proteger uma das raízes fundamentais da vida intelectual de um povo — a investigação científica.

Mas, para que estas alterações sejam possíveis no espírito da Universidade é preciso eliminar certas anomalias, cuja influência decisiva não pode ser afastada sem ser destruída. A preparação pedagógica dos mestres parece-nos um dado fundamental para a viabilidade de uma orientação nova do ensino; e mais do que isso, a criação de condições materiais que lhe permitam uma estruturação racional. Por exemplo, o auditório de duzentos indivíduos suportando passivamente a palestra do Professor, tem de ser desdobrado em várias turmas de dez ou vinte alunos, que possam tornar-se activamente interessados na aula do Mestre.

Se a Universidade reunisse todas estas características, não estaria ainda assim completa. Faltava-lhe ainda atender às circuns-

a Universidade deve transmitir.

Não se julgue que nos estamos aqui a referir à erudição, mais ou menos vasta e balofa, com preponderância das letras e das artes. (Estas têm um lugar, mas não podem ser quase tudo). Não nos referimos a esse conjunto mais ou menos polido, a ostentar na lapela como a condecoração mais apreciada. O tempo dos conhecimentos inúteis passou. Hoje, a cultura não é uma qualidade a celebrar-se, mas uma lucidez indispensável.

Quando as ciências invadiram a realidade até inundaram de luz vastos sectores ainda ontem obscuros, ninguém se pode permitir ao desperdício de continuar tão ignorante como se tivesse nascido duzentos anos atrás. Se há ciências que iluminem a natureza, se há ciências que iluminam a sociedade, como será possível continuar a viver às escuras? É portanto imprescindível que sejam transmitidos aos estudantes os conhecimentos básicos que lhe permitam uma compreensão da realidade. Transmitted por via directa, ou complementarmente estimulado o seu interesse por eles. Depois, vem a dinamização de todos esses conhecimentos, de modo a torná-los uma capacidade de compreender e viver, actuante e eficaz.

Quando a Universidade preencher todos estes fins e for capaz de manter uma personalidade vertical, a harmonia, o respeito, e a compreensão como regras de convivência entre os seus elementos, então poderemos dizer ao povo para se orgulhar dela, que ela o poderá ajudar na luta por uma vida melhor.

IMPULSO RENOVADOR

Partimos da triste constatação duma decepcionante realidade para a meta

renovação. Vítimas de um ensino tacanho, abandonados ante a cultura, cercados por um obscurantismo sistemático, em que a mediocridade é quase uma virtude e o conformismo uma qualidade, atomizados na corrida para uma situação estável, em que o egoísmo é uma sugestão contínua, são ainda os estudantes o núcleo dum ideal de Universidade Autêntica.

Queriam-nos egoístas e associaram-se; queriam-nos conformados, rebelaram-se; Habituar-nos a aceitar, agora são eles que se habituam a criticar. E, com toda a pobreza dos seus meios, são os estudantes a empreender a batalha por uma cultura do universitário. Dentro da Universidade quiseram-nos subservientes, mas são eles que se batem pela autonomia dela.

Hoje constituídos nas suas Associações são o sopro mortal sobre a Universidade moribunda. A sedimentação virá. O impulso será cada vez mais reforçado pela força da reflexão. E, finalmente, o movimento dos estudantes inscreverá na sua bandeira a divisa da competência profissional.

Desde aí, será uma síntese: não estaremos no impulso, não estaremos no sonho, estaremos no embrião da Universidade Nova.

**L É
COLABORA
ASSINA
DIVULGA**

**QUA
DRA
NTE**

Preço 2\$00

nas rodas do movimento associativo

9—AUTONOMIA E REFORMA DA UNIVERSIDADE

Disse o Sr. Reitor da Universidade na sua tomada de posse:

«Eu enalteci, no início desta oração, as virtudes do princípio de autonomia universitária, aspiração que é minha e tenho visto existir generalizada em professores e estudantes. Pois bem. A autonomia não é dom natural, benesse que brote espontaneamente do jogo das coisas. É dom que se merece, merecimento que se conquista.

E, agora, veja-se: uma Reforma da Universidade está no horizonte. Além do mais, a necessidade e a exigência dela foi reconhecida e proclamada por Galvão Teles, na magistral oração de sapiência que há alguns anos proferiu na abertura solene da Universidade de Lisboa, sobre o tema «Fins da Universidade». Pois cuidemos de patentear, ao País e ao Governo, que «merecemos» seja acentuada a via de autonomia, hoje tímidamente esboçada na linguagem da lei.

Vale a pena o esforço. Ai, sim, estará a demonstração de que amamos a Universidade, a que todos, Mestres e Escolares, nos orgulhamos de patentear».

10—60,7 % DA MENSALIDADE PARA TRANSPORTES

Transcrevemos os resultados dum inquérito realizado entre a juventude escolar pela «República Juvenil» sobre transportes. A importância destes resultados ressalta duma simples constatação do inquérito.

1—Quanto despendes habitualmente por dia em transportes?

R.: 6\$03 por dia, verba que corresponde aos 180\$90 mensais.

2—Em relação à tua mensalidade, que percentagem compreendem as tuas despesas em transportes?

R.: 60,7 % da mensalidade.

N. B.: A Comissão de Transportes informa que, num inquérito realizado em 1956 aonde era apresentada esta pergunta, a percentagem atingia 62,5 % da mensalidade.

3—a) Tens dificuldades de horários?

R.: Sim: 71 %.

b) Adoptas os meios de transporte de menos rapidez por serem os que te ficam mais económicos?

R.: Sim: 48,7 %.

c) Se optasses pelos meios de transporte mais rápidos mas não tão económicos, quanto tempo beneficiarias por dia?

R.: 59 minutos.

11—FALECIMENTO DO NOSSO COLEGA MARIO VILAR DE FIGUEIREDO

Faleceu, no passado dia 12, o nosso colega e sócio da AAFDL, Mário José Ferreira Vilar de Figueiredo. Companheiro leal, foi também um estudante dedicado ao movimento associativo, mostrando-se solidário, durante a crise do ano passado, com as posições defendidas pelas Associações de Estudantes.

A Família, tão dolorosamente enlutada, Quadrante em nome da Associação Académica envia os mais sentidos pêsames.

2—A CANTINA UNIVERSITÁRIA

Tudo aquilo que ofende os direitos estudantis e restringe o conceito de Universidade autónoma parece ter-se polarizado, e não é simples coincidência, no edifício da Cantina Universitária.

E ali que, à porta, dois funcionários fazem a absurda exigência da apresentação do cartão de estudante da Universidade Clássica.

E, à sua volta, que vemos todos os dias carros da Polícia, e, o que é intolerável, dois ou mais desconhecidos (agentes da Polícia?), que nem sequer se preocupam com a necessária discrição de quem desempenha tal ofício. A volta da Cantina, à porta, e até dentro, no bar, a tomarem pachorrentemente a sua «bica», enquanto, cá fora, os nossos colegas da Técnica

chamar de «Muro da Vergonha»: estão fechadas todas, e são a maioria, aquelas instalações da Cantina que se destinavam a convívio ou trabalho intelectual (Teatro do Bolso). Disseram-nos que para obras, mas já lá vão dois meses e ainda nem um martelo violou a quieta melancolia daquelas salas vazias.

Enfim, o estudante reduzido à possibilidade de comer (e mal!) ou a mastigar o tédio destas frias tardes de Inverno a uma das mesas do bar da Cantina.

Até quando?

P. S.

Tínhamos redigido a notícia deste modo no final do período passado. Depois disso, aquela situação anómala modificou-se. Mas conservamos aquela pequena nota para que todos compreendam que a atitude do

AS RODAS ENCRAVADAS

1—44 632

Saiu o Decreto-Lei 44 632. Já as AA. de EE. manifestaram a sua posição de repúdio do decreto. Este facto tem uma grande importância, na medida em que vai ser ele que condicionará toda a actividade associativa futura. Acerca disto, queremos apenas focar a diferença de critérios que presidiu à feitura do 40 900 e do 44 632 e que um comunicado das AA. de EE. já salientava: pelo 40 900 procurava o Governo chamar as AA. de EE. a si; pelo 44 632, uma vez falhado tal intento, procura o Governo suprimir as AA. de EE.

ou os que se esqueceram do cartão ou os que ainda não o têm, se vêm conformados a procurar outros locais para comer, descansar e conviver. E para, os que protestam contra tal injustiça, para esses...

E, na própria Cantina, que se paga um tanto para comer e outro tanto para o comerciante, quando se podia e devia pagar somente aquilo que se come. É ali que se compra um minúsculo queijo por 1\$00, quando numa tasca, onde se vende para lucrar, vimos um queijo igual ao preço de \$70.

Mas há mais: é na Cantina que existe o que o espírito jovem do estudante convencionou

Sr. Reitor, em regularizar a situação, não foi mais do que o cumprimento do dever mais elementar de quem preside aos destinos da Universidade.

Abriu o Convívio, as Instalações Académicas vão ser entregues, como prometeu o Sr. Reitor, ao seu legítimo dono — a Corporação Universitária. Vai ser reconstituída a CAIA (Comissão Administrativa das Instalações Académicas), com um representante eleito pelo Senado e quatro representantes das Associações Académicas. Assim, dentro duma nova política de participação autêntica de professores e alunos conjun-

(Continua na pág. 7)



O "ENCONTRO" E O DEC. 44.632

por Francisco Ferreira Gomes
e Jorge Santos

O número quarenta de «Encontro», jornal dos universitários católicos, publicou, em grande destaque, uma extensa apreciação do Decreto n.º 44.632 que veio, recentemente, regular a vida circum-escolar na Universidade portuguesa. O escrito não tem assinatura e isso permite concluir que as opiniões nele desenvolvidas são tradução do pensamento oficial da J. U. C..

Posta a questão nestes termos, a análise e a crítica que vamos intentar têm de naturalmente supor o âmbito, estrutura e finalidade daquela instituição universitária. Não é, portanto, sabido o prestígio da J. U. C. entre os estudantes, de ânimo leve que agimos. E que nos perdoe o «Encontro» a atitude obstinada que porventura tomaremos: ela é, em todo o caso, parece-nos, inteiramente compatível com um sereno exercício da crítica que nunca deve confundir-se com amolecida transigência ou boa-vontade por demais generosa.

O redactor do «Encontro» produz afirmações de carácter genérico e analisa, noutro passo, os pontos da lei que julga importantes e reveladores; refere também, a propósito do neutralismo das associações académicas, um acontecimento que supõe valer para a argumentação. Enunciaremos uma importante reserva, antes de examinarmos aquelas asserções e referências; só depois discutiremos as resultantes que a J. U. C. jubilosamente deduz de alguns comandos do Decreto n.º 44.632.

1. Acentuemos a estranha injustiça e a singular ambiguidade e qualidade dos comentários, linhas que de certo radicam na secular tradição política da Igreja de Roma. É, na verdade, chocante que aqueles «para quem a norma da caridade, da convivência fraterna entre os homens é, juntamente com o amor de Deus, o primeiro dever», não tenham denunciado, com vigor e o escândalo que as circunstâncias impunham, a completa subversão desses perenes ideais no decorrer das várias fases da recente crise académica; é, na verdade, chocante que a Juventude Universitária Católica venha falar das «melhores intenções» do legislador de 56 quando persistem os tristes ecos de muitas arbitrariedades e de uma política que já se apelidou, com rara felicidade, de «terrorismo pedagógico»; é, na verdade, chocante que o jornal «Encontro», que todos sabemos usufruir uma posição de privilégio no concerto das publicações universitárias, quase sistematicamente a atraia a benefício de uma clara política de concessão e de compromissos. Dir-se-á que o jornal «Encontro» peca somente por omissão e talvez, geralmente, assim aconteça; mas não consta que a forma do pecado implique a sua própria substância — a gravidade da falta permanece. O certo, porém, é que, não raro, a confusão resulta também de uma acção perfeitamente desenhada; repare-se como o redactor do «Encontro» entende o sindicalismo académico. Ele é «um monopólio associativo, crian-

do entre os estudantes uma consciência de classe, de ser *massivo*, ... alimentado por uma luta reivindicativa permanente, quer face às autoridades governativas, quer face às próprias autoridades universitárias». Quem já tenha meditado um pouco a noção, percebe a larga dose de grosseira demagogia que o «Encontro» insinuou nas linhas precedentes⁽¹⁾. O que, aliás, não surpreende quem já lera, alguns períodos atrás, que «graves desvios se introduziram» no «desenvolvimento» da vida associativa universitária — estilo e preocupações que, ao menos aparentemente, se assemilham às várias notas oficiais que, durante a crise, os competentes serviços produziram: muito mais subtis artifícios de camuflagem do que instrumentos de fundadas razões. E como concilia o redactor do «Encontro» a opinião neste particular por ele expressa, com as várias tentativas sindicalistas de confessada profissão cristã?⁽²⁾

O neutralismo das Associações de Estudantes é também objecto de algumas considerações: «E se a isto somarmos a profissão de fé *neutralista* que o acompanhava, cada vez mais insistentemente proclamada, menos brilhantes se mostravam as perspectivas de futuro. Todos numa única organização estudantil e todos impedidos de, como estudantes, afirmarem ideais ou posições doutrinárias. Foi assim que uma célebre conferência de imprensa estudantil, realizada o ano passado, intitulando-se representativa de todas as publicações de estudantes, acabou por recusar o direito de admissão à revista «Estudos» do C. A. D. C. de Coimbra, e ao «Encontro», e isto apesar de os «Estudos» se publicarem ininterruptamente há mais de 40 anos e o «Encontro» ser o jornal de universitários de maior tiragem».

São necessárias duas ordens de esclarecimentos. Em primeiro lugar, o neutralismo das Associações de Estudantes parece ser o único princípio que permite uma geral aglomeração em torno dos problemas especificamente estudantis, cujo carácter em nada reage às variadíssimas concepções políticas ou religiosas dispersas por cada tipo de mentalidade. Argumentar de outro modo é, afinal, implicitamente afastar qualquer hipótese de associativismo universitário, pois a determinante do acto social se colocaria em sectores de si estranhos ou não necessariamente conexos à estrutura da instituição universitária. Isto é bastante claro, pelo menos dentro de um esquema laico⁽³⁾.

Em segundo lugar, o que o «Encontro» afirma acerca do II Encontro da Imprensa Estudantil não é verdadeiro. O «Encontro» e os «Estudos»⁽⁴⁾ estiveram representados pelo mesmo estudante, a título de participantes observadores, o que plenamente se justifica se se disser que a reunião fora organizada pelas A. A. e se destinava apenas a jornais delas dependentes e, portanto, neutrais em matéria de política e

de religião. O mesmo já acontecera a quando do I Encontro, a que também assistiu, na mesma qualidade, um enviado do jornal da J. U. C.. Sucedeu, sim, que, sobretudo em 1962, o delegado do «Encontro» cedo se desinteressou dos debates a que, de outro modo e segundo a letra e o espírito do regulamento, poderia ter emprestado a sua porventura valiosa colaboração.

2. O «Encontro» aprecia, finalmente, algumas disposições do Decreto n.º 44.632. Apenas se comentarão alguns passos que, por uma razão ou por outra, são susceptíveis de mais ferir a atenção.

Assim, e esquematicamente:

a) O «Encontro» regozija-se, nomeadamente com o art.º 17.º e seu § 1.º do Decreto n.º 44.632, no qual vê um «poderoso impulso» à «causa da autonomia da Universidade». Sinceramente, não se compreende muito bem onde esteja esse impulso, uma vez que, quer os Reitores, quer os Directores, continuam a ser de nomeação e confiança exclusivamente governamentais.

E mesmo que este facto fosse de somenos importância, não se vê como é que o «Encontro» pode regozijar-se, não obstante o disposto nos art.ºs 2.º, 14.º e 15.º, § 1.º, nos termos dos quais todos os membros da Comissão Permanente são nomeados pelo Ministro da Educação Nacional, a este competindo, também, a sanção dos dirigentes dos organismos circum-escolares, bem como a sua suspensão e destituição (estas, diga-se, em igualdade com «a autoridade académica em cujo âmbito a organização exerce a sua actividade»). É de esperar que o «Encontro» não veja aqui um «poderoso impulso» à «causa da autonomia da Universidade» e, sendo assim fica-se sem se saber por que o não disse. Até porque, no seu propósito confesso de «crítica serena», pretendeu apontar com lealdade as deficiências do decreto.

Finalmente, não pode passar sem reparo o facto de o «Encontro» não pôr qualquer objecção ao próprio princípio consagrado no (por ele) citado art.º 17.º e seu § 1.º, de que «as organizações circum-escolares carecem de autorização superior para coordenar as suas actividades». Pois não basta a homologação ministerial para exprimir a confiança nos dirigentes dos referidos organismos? Para quê, então, mais esta «medida cautelar», que, aliás, enquanto tal, o «Encontro» acha de certo modo desagradável?

b) O «Encontro» assinala «um notável progresso» na medida em que, diz, «em oposição ao nascente movimento sindicalista, (o decreto) consagra definitivamente o princípio da liberdade associativa» e adopta «uma salutar tomada de posição contra a exclusividade monolítica que ultimamente se esboçava».

Dando de barato as lamentá-

veis confusões que o «Encontro» continua a fazer sempre que fala em sindicalismo, e sem voltar a negar (para quê?) que o sindicalismo haja sido a via escolhida pelos dirigentes associativos para a defesa dos interesses estudantis, não deixará de se pôr em dúvida que ultimamente se tenha esboçado, por sua parte, uma «exclusividade monolítica».

O que, mais simplesmente, se tem dito, é que as Associações de Estudantes são os únicos organismos que representam os estudantes *enquanto tais*, e isto devido ao seu carácter neutral (que tanto fere a susceptibilidade do «Encontro») em matéria de política ou de religião. Isto é absolutamente evidente e nem se percebe como é possível que ainda haja quem o não tenha compreendido. Percebe-se, sim, que haja quem finja não o compreender mas, há que frisá-lo, o «Encontro», por enquanto, não merece que em relação a ele se pense assim.

É oportuno, também, chamar a atenção do «Encontro» para a forma interessante como o «princípio da liberdade associativa» está consagrado no § 2.º do art.º 13.º.

c) Quanto à «válida» prevenção que o art.º 9.º «tem o cuidado» de fazer, de que «a participação dos estudantes nessas múltiplas organizações terá sempre carácter facultativo e que elas representam apenas os estudantes que nelas expressamente se tenham inscrito», cabe dizer que se estranha, e muito, — que o «Encontro» ache tão válida a consagração do princípio do carácter facultativo da participação estudantil nos organismos circum-escolares, sendo certo que nunca se insurgiu com o facto de serem sócios da Associação Académica de Coimbra todos os estudantes daquela academia, independentemente de inscrição voluntária e específica. Ou será que o princípio da participação obrigatória era aceitável nos tempos folclórico-fadistas daquela Universidade? E, se sim, por que será?

d) Mas o regozijo do «Encontro» continua, porque o art.º 12.º diz que «as organizações circum-escolares são consideradas elementos orgânicos da Universidade ou Escola a que se encontram adstritas e participarão na vida destas nos termos fixados... pela legislação respectiva».

O autor do artigo, provavelmente, não sabia que, não obstante o disposto nos art.ºs 3.º e 5.º do Estatuto Universitário, «a Assembleia Geral (da Universidade) não tem funcionado e o Senado não comporta de facto representação estudantil», uma vez que «uma Ordem de Serviço do Ministro da Educação Nacional, de 6 de Novembro de 1936, suspendeu tal representação em ambos os órgãos universitários e nunca mais foi retirada». (V. o artigo,

(Continua na pág. 20)

as rodas encravadas

tamente na resolução dos seus problemas, pode-se vislumbrar algo de novo para a Universidade Portuguesa.

3—A AUTONOMIA DA UNIVERSIDADE NOVAMENTE OFENDIDA

A autonomia da Universidade continua a ser atingida. Estiveram presos durante cerca de dois meses os colegas Pedro Lemos e Luís Lemos, de Medicina; o Mateus Branco, de Económicas; e o secretário-geral das RIAS, José Medeiros Ferreira. Presos por motivos académicos, como publicamente o reconheceu, pelo menos quanto aos três primeiros colegas, o Sr. Reitor, a sua detenção foi executada pela Polícia política, que mais uma vez veio interferir na vida universitária.

A sua libertação, agora ocorrida, veio corresponder a um desejo mútuo de normalizar a vida universitária e de recomençar a construção, iniciada o ano passado, duma nova Universidade.

As circunstâncias e causas das prisões foram suficientemente divulgadas pelos comunicados das AA. de EE. e, por isso, dispensamo-nos de outros comentários. Reafirmamos somente que a prisão de Medeiros Ferreira se deveu unicamente ao facto de ter sido eleito secretário-geral das RIAS.

4—A COMISSÃO DE TRANSIÇÃO DA AAFDL

Depois de todo um primeiro período desperdiçado, a Associação de Direito acaba de abrir. Mas nem por isso se encontram resolvidos os problemas que obstam à sua entrada em actividade.

Segundo os Estatutos por que se rege a AAFDL, torna-se necessária a convocação, dentro dum prazo estabelecido, duma Assembleia Geral Ordinária para discussão do Relatório e Contas e realização das eleições dos corpos gerentes para o ano que se segue. Foi, assim, dada posse a uma Comissão de Transição, formada pelos Presidentes da Direcção (José Abreu), Assembleia Geral (Freitas do Amaral) e Conselho Fiscal (Sousa Franco) da gerência de 61-62, e nomeada pelo Director da Faculdade de Direito.

Esperemos que, trabalhando em franca cooperação, todos os elementos da Comissão de Transição procedam o mais rã-

pidamente possível à normalização da actividade da Associação Académica.

Só é de lamentar a lentidão com que tudo isto se processa e cuja consequência é a impossibilidade de trabalho associativo. Lembremos que este, a haver, só o pode ser durante os poucos dias que restam de Janeiro e todos os meses de Fevereiro e Março. Depois, vêm as férias e os exames. Como fazer qualquer trabalho associativo durante dois meses?

- Sabemos ainda que vão ser extensas a outras AA. de EE. as mesmas Comissões de Transição, até naquelas, como Ciências, onde existe já uma Direcção eleita e uma vida associativa normal. Ainda é cedo para nos pronunciarmos sobre estes factos. Mas uma coisa é nítida: a necessidade de haver uma normalização efectiva e imediata das AA. de EE.; e também, e sobretudo, o respeito por aquilo que de válido já está feito e pelos princípios por que os estudantes sempre resolveram trabalhar.

5—COIMBRA

A inactividade associativa atinge também Porto e Coimbra. Nesta cidade, constituiu-se uma Comissão Representativa, formada por representantes dos Organismos Autónomos, Conselho Feminino e Secções Desportivas e Culturais, e que deu início a uma série de entrevistas com o Reitor para normalização da A. A. C.. Mas agora, em virtude da caprichosa e surpreendente demissão do Prof. Braga da Cruz, entrou-se em mais um período transitório, de que se sairá, não se sabe quando, nem como.

6—AS DEMISSÕES

Já vai sendo tempo de se compendiar e ordenar as sucessivas demissões e exonerações das autoridades universitárias.

Ainda no ano passado:

- pediu a demissão, que foi aceite, o Reitor da Universidade Clássica, Sr. Prof. Marcello Caetano;

- pediram ainda a demissão os directores das cinco Escolas da Universidade Clássica, tendo sido somente aceite a do Director da Faculdade de Direito, Sr. Prof. Inocêncio Galvão Telles, actual Ministro da Educação Nacional.

Este ano, foram exonerados a seu pedido:

- o Reitor da Universidade Técnica de Lisboa;

- e o Vice-Reitor da Universidade Clássica de Lisboa.

Foram recentemente demitidos:

- o Ministro da Educação Nacional, Sr. Prof. Lopes de Almeida e o Subsecretário da Educação Nacional, Dr. Carlos Soveral.

Coincidindo com a nomeação do novo Ministro, Sr. Prof. Galvão Telles, pediram a demissão o Reitor e o Vice-Reitor da Universidade de Coimbra, respectivamente, Sr. Prof. Braga da Cruz e Sr. Prof. Lobato Guimarães.

7—O REITOR DA UNIVERSIDADE TÉCNICA

Foi nomeado reitor da Universidade Técnica o Sr. Prof. Eng. Leite Pinto. Sem que o comentário represente desconsideração para com o ilustre Professor, «Quadrante» faz notar que esta nomeação vem desfazer todas as esperanças de uma resolução próxima da divisão absurda que continua a pesar sobre a Universidade de Lisboa.

3—X CONFERÊNCIA INTERNACIONAL DE ESTUDANTES (CIE)

Realizou-se em Quebec, no Canadá, a 10.^a Conferência Internacional de Estudantes (CIE), à qual mais de oitenta União Nacional de Estudantes enviaram delegados. Foi este o acontecimento mais importante do mundo estudantil no ano transacto. Também, nunca foram tão grandes a unidade e a cooperação universais dos estudantes.

A CIE é uma organização estudantil mundial, com sede na Holanda, que, no plano internacional, se opõe à União Internacional de Estudantes (UIE). Embora ambas se proponham os mesmos fins e objectivos, diferem, no entanto, nos meios, estruturas e ideias. E foi à volta desta situação, que decorreram, na generalidade, todos os debates.

Reafirmou-se o objectivo e fim do movimento estudantil internacional: conseguir a unidade e cooperação universais dos estudantes, como o principal meio para resolver todos os problemas, que os estudantes e as comunidades a que pertencem, enfrentam.

OUTRAS TERRAS... ...OUTRAS GENTES

(Noticiário Internacional)

1—ASSOCIAÇÃO INTERNACIONAL DOS ESTUDANTES DE DIREITO

Constituiu-se em Munique a Associação Internacional de Estudantes de Direito, órgão de coordenação dos organismos nacionais daqueles estudantes, e que se destina a intensificar a cooperação e as relações dos estudantes de direito das várias nacionalidades.

Vamos procurar adquirir mais dados sobre este importante facto e tentar estabelecer os contactos que conduzam a relações regulares com este órgão internacional.

2—VALE SEMPRE A PENA

«O governo do Paquistão aceitou modificar o sistema de ensino do país, como o exigiam os estudantes que há meses faziam greves e manifestações para obter a satisfação desta reivindicação. Esta decisão foi anunciada depois de quatro dias de greves organizadas pelos estudantes em Karachi».

—L'Étudiant — Set./Out. 62.

Para isso, concluiu-se da necessidade de constituir União Nacional nos países onde não existam e nos territórios sob domínio colonial ou recentemente emancipados.

Devem as União Nacionais de Estudantes intensificarem todas as relações de cooperação e intercâmbio que lhes permitam reforçar a solidariedade estudantil. Adoptou-se, para esse efeito, um extenso Programa de Actividades, que inclui Seminários, Conferências e Semanas sobre os mais variados temas de conteúdo estudantil.

Mas, apesar de todos os avanços verificados, concordou-se em que a unidade dos estudantes não está ainda conseguida e, por isso, a Comunidade Estudantil não pode ainda responder a muitos dos urgentes problemas que se lhe põem. Há que conseguir a unidade com a União Internacional de Estudantes (UIE), embora todas as tentativas nesse sentido tenham fracassado. E, sobretudo, há que chamar as ainda muitas comunidades nacionais de estudantes para o seio da cooperação internacional.

Então, a solidariedade estudantil será um facto e a Comunidade Internacional Estudantil uma realidade.

P O E M A S

PROPÓSITO 62

*sem voz e possível saída
na cidade por todos os lados rodeada
de muros arrazados no outono
passado do sonho que nos acordou*

*sem membros simulando gestos
no decomposto cadáver de uma sintaxe
sem lógica e palavras audíveis
e mascando como goma inútil*

*a razão de ser da árvore que nos sustém
sobre nós mesmos deitados
numa conjugação infeliz
sem sexo nexa cor ou forma*

*sem nada e quase ou por tudo
pulso nos erguemos a exigir a vida*

jorge fernandes



POEMA DE AGRADECIMENTO

Para Bertrand Russel

Cala a espingarda, irmão
*é um companheiro que se perde
em cada bala, como nós
tão puro e jovem*
Cala a espingarda

Cala a espingarda, irmão
*Não cubras de sangue o rosto
e tua esperança de ódio
quando já o coração floresce*
Cala a espingarda

Cala a espingarda, irmão
*longe, tua noiva espera
que lhe leves apenas
uma flor nas mãos*
Cala a espingarda

Cala a espingarda, irmão

Ferreira Guedes

HOMENAGEM

*Tua morte
um sinal de sangue
na sombria muralha
destruída*

*Não terás monumentos
nem altares
mas na alma do povo
a tua imagem
será cada vez mais
uma canção*

*Teu nome crescerá
por toda a terra
e os jovens
levarão a tua vida
gravadas a letras de oiro
na memória*

Rui Namorado

Lemos o livro de Natália Correia na impressão de quem vê um filme. A evocação dos acontecimentos de 1907, da greve geral dos estudantes que, iniciada em Coimbra, encontrou decidido apoio em Lisboa e no Porto, deu perante a Nação o testemunho de uma Universidade decrépita e apressou a ruína da ditadura franquista.

Tudo começa pela reprovação do Dr. José Eugénio Dias Ferreira, candidato ao doutoramento na Faculdade de Direito.

Conhecido pelo seu inconformismo militante, incorreu na má vontade dos lentes que, depois de exames e interrogatórios mais ou menos absurdos, o reprovaram. Os estudantes reagem fazendo-lhe uma estrondosa manifestação, levando-o em triunfo, exigindo uma imediata reforma da Universidade.

Porque: «A Universidade de Coimbra não viverá enquanto não morrer. A Universidade de Coimbra, verdadeiramente, já não vive. A Universidade de Coimbra é um espectro, é um corpo gangrenado, é um foco de infecção, é uma vergonha como documento da nossa civilização». Di-lo «A Verdade», um semanário de Coimbra, em 27 de Fevereiro de 1907.

«A Universidade, que em todas as Nações é para o estudante uma Alma Mater, uma mãe criadora, por quem sempre se conserva através da vida um amor filial, era para nós uma madrasta amarga, carrancuda, rabugenta, de quem todo o espírito digno se procurava libertar rapidamente, desde que lhe tivesse arrancado pela astúcia, pela empenhoca, pela sujeição à «sebenta», esse grau que o Estado, seu cúmplice, tornava a chave das carreiras.

...No meio de tal Universidade, geração como a nossa só podia ter uma atitude — a de permanente rebelião. Com efeito, em quatro anos, fizemos, se bem me recordo, três revoluções, com todos os seus lances clássicos, Manifestos ao País, pedradas e vozeria, uma pistola ferrugenta em baixo de cada capa, e as imagens dos Reitores queimadas entre danças selváticas. A Universidade era, com efeito, uma grande escola de revolução: — e pela experiência da sua tirania aprendíamos a detestar todos os tiranos, a irmanar com todos os escravos». (Eça de Queirós — em Notas Contemporâneas).

Desde a reprovação de Dias Ferreira os factos são o desbobinar rápido de uma imensa vontade de justiça, de liberdade, de modernização, que a força policial não podia mais conter. Reuniões, comícios, discursos em que se distinguem alguns estudantes, logo considerados cabecilhas — Campos Lima, Ramada Curto, Bissaia Barreto, José Montez. Os lentes são apupados e não saem de

A QUESTÃO ACADÉMICA DE 1907

casa. O governo reage com inesperada obstinação: as aulas são suspensas por um decreto de 3 de Março. A Academia responde pedindo ao Governo a criação de Faculdades de Direito em Lisboa e Porto e a readmissão a provas de Dias Ferreira, perante novo júri.

Finalmente desloca-se a Lisboa uma delegação de trezentos estudantes que vai expor a situação ao parlamento.

E como um filme, já visto algures, os factos deslizam diante de nós. O apoio unânime da inteligência do País e a apatia indiferente e cúmplice de quase toda a burguesia. A anexação sumária, feita nos jornais do governo, de todo o movimento ao partido republicano.

No Parlamento faz-se tudo para que a questão seja debatida em profundidade. De início a maioria conservadora opõe-se; e quando, finalmente, a questão vai ser objecto de debate generalizado, o Rei encerra as Cortes.

Entretanto funcionava a engrenagem repressiva. Surge a sentença do processo dos dezasseis estudantes considerados «agentes criminosos»: são expulsos da Universidade, por dois anos, os alunos Campos Lima, Carlos Olavo, Ramada Curto, e por um ano, Freitas Preto, Alberto Xavier, Pinto Quartim e Pinho Ferreira.

Conhecida a decisão a Academia reúne e constitui-se em sessão permanente. A greve geral era a resposta dos estudantes enquanto os seus colegas não fossem readmitidos. Um outro acontecimento se segue: um processo contra o Prof. Bernardino Machado que se solidarizara com os alunos expulsos, e que logo a seguir pedia a exoneração.

No dia 8 de Abril reabrem as aulas. Nesse dia a Universidade aparece praticamente ocupada pela polícia. A greve era quase total. Apenas vão às aulas alguns poucos alunos de teologia e a maior parte dos alunos militares que, sujeitos à disciplina militar, se arriscavam à prisão e ao fim da carreira se aderissem à greve. Alguns professores recusam-se a dar aulas e mostram simpatia e compreensão pelos grevistas.

Em Lisboa e no Porto a greve impõe-se com assinalado êxito, estende-se aos Institutos Comerciais e Industriais e aos Liceus. Na Escola Politécnica de Lisboa o director acaba por chamar a polícia, do que resulta a ocupação do edifício após luta prolongada e a prisão do aluno José Pulido Valente.

Também em Coimbra a polícia provoca conflitos, sendo o primeiro no Liceu, onde ape-

nas iam às aulas os alunos mais novos e levados pelos pais. O conflito começa quando um guarda quer meter um aluno à força na aula. Vários feridos. Em toda a Academia há conflitos de que resultam feridos e prisões. E a polícia é reforçada em Coimbra, enquanto o governo de João Franco finge ignorar a gravidade da questão. Finge, mas ordena a repressão. E a repressão a pretexto da ordem faz esquecer as razões e as causas do movimento. É instrutivo folhear a imprensa de então. «O povo, em Portugal, não justifica a Polícia que existe para o guardar, como não justifica nenhum género de medidas de segurança. Invocar contra ele o princípio da ordem é esgrimir contra um moinho de vento.

Contudo, nunca os governos aumentam o número das injustificadas perseguições que exercem contra ele sem invocar o princípio da ordem.

Porquê?

Porque os governos sabem que a ordem é uma superstição social e que invocá-la é pôr-se ao abrigo da impunidade de que sistematicamente beneficiam todos os exploradores de superstições.

A velha sociedade, que ainda é em grande parte a nossa, está na ideia de que se os governos faltassem, tudo, mesmo o cosmos cairia em desordem. A velha sociedade imagina que se o sol aparece todas as manhãs é por que o governo está no poder. Daí a força dos governos, que eles tantas vezes utilizam em nome dos interesses mais abomináveis. Que eles invoquem a ordem, e o homem, secularmente avassalado por uma imensa e sólida cadeia de preconceitos, entregar-lhe-á tudo, desde os direitos da sua consciência até à chave dos seus cofres.

Por isso os governos, por dá cá aquela palha — Ordem! A ordem é um «bill» de indemnidade.

Em vão os governos dissolvem. Sempre que uma, mais consciências lho dizem com estrépito, eles abafam-na rapidamente com um cobertor, como quem abafa um princípio de incêndio, depois do que, orgulhosos da sua missão, clamam: Ordem!

V. Ex.^a (dirige-se a João Franco) é um desses governos e não é uma novidade. Somente, o que sucede hoje — e nisto está o melindroso da questão — é que se V. Ex.^a é velho, a sociedade é nova». (João Chagas — Terceira Carta a João Franco sobre a Ordem).

Centenas de alunos perdem o ano. O Governo endurece a atitude e começa a procurar todos

Um LIVRO de NATÁLIA CORREIA

★ Prefácio de MÁRIO BRAGA

os meios e jogar com todas as pressões para jogar o movimento. Passado um mês a Academia começa a sofrer de um certo cansaço e declina a força inicial. O ano perdido, a pressão dos pais, a relevação das faltas, tudo ajuda a manobra do governo apoiada em grande parte nos egoísmos das economias familiares de uma burguesia incapaz de sacrifício. Os alunos são admitidos a exame, sem mais aulas, com a matéria dada durante menos de metade do ano porque ao governo não interessava a preparação dos alunos mas apenas o fim de uma crise: «O decreto que mandava abrir matrículas aos estudantes da Universidade que não tivessem perdido o ano até 8 de Abril, marcava o prazo de 31 de Maio para o encerramento das referidas matrículas. O governo pensou que os estudantes da Universidade estavam, por assim dizer cativos dentro do seu compromisso, e que era preciso abrir uma porta para dar fuga aos que quisessem fugir. Abriu-lhes essa porta — 31 de Maio, prazo de encerramento das matrículas para os que quisessem matricular-se.

Mas 31 de Maio veio, passou e poucos estudantes se matricularam, isto é, poucos se utilizaram desta porta de saída. Fiasco. A greve mantinha-se e agora pela excelente razão de que não havia meio de a «ferar». Era o própria Governo encerrando as matrículas quem fechava as portas a novas defecções. O governo raciocinou então assim:

— Abramos outra vez a porta a ver se fogem mais alguns.

— E prorrogou o prazo até 2 de Junho.

Mas 2 de Junho veio, passou. Alguns estudantes, com efeito, aproveitando a porta outra vez aberta, saíram, fugiram. Não eram, porém, ainda todos. Nesta data apenas 678 se tinham matriculado. Reinava já o desânimo. Aqueles estudantes que tinham resistido à tentação do novo prazo, vendo diminuir o número dos seus companheiros de luta, deploravam talvez já a sua intransigência; mas agora que fazer? O derradeiro prazo tinha passado. Uma parte da Academia não se tinha matriculado. Era ainda a greve, isto é, o protesto e o governo em cheque.

O governo, visto isto, o que fez?

Abriu novamente a porta, isto é, prorrogou novamente o prazo até 5.

Restarão ainda, depois deste expediente, alguns estudantes por matricular — indomáveis até ao heroísmo? intransigentes até ao frenesi? Para o caso destes estudantes existirem, ainda o governo — diz-se — se reserva um novo prazo até 12.

Maquiavelismo, disse eu. Não me exprimi bem. Maquiavel foi menos maquiavélico. Na realidade diabolismo ou obra do diabo — maldade. Encerrar as matrículas no prazo indicado no decreto, era um meio de resolver a questão dos serviços do ensino facultando, aos estudantes que o quisessem fazer, o regresso aos cursos. O governo mantinha-se assim neutral perante a greve. As prorrogações dos prazos foram um convite à deserção. O convite deu resultado. Desertaram muitos, desertaram todos e o governo está contente. Fez uma bonita obra. Pode limpar as mãos à parede». (João Chagas).

Contudo nem todos cederam. Restaram 107 estudantes, que ficaram conhecidos por «intransigentes» e que continuaram a lutar pela honra da Academia.

Eis um depoimento: o de um desses «intransigentes» — Armando Marques Guedes, futuro ministro durante o regime republicano: Reaberta a Universidade, depois das férias da Páscoa, a Academia deliberou manter a greve e não ir às aulas enquanto não fossem amnistiados os sete expulsos. E assim se cumpriu.

Então o governo determinou que a Universidade se encerrasse definitivamente, se entrasse desde logo nas «férias de ponto», depois de aberto o prazo para a formalidade do encerramento das matrículas.

A população académica devia sair de Coimbra nas vinte e quatro horas imediatas. Sobre os estudantes dispersos por todo o País começaram a exercer-se as mais variadas e prementes pressões para que eles requeressem aquele encerramento. Não faltou quem lembrasse que o movimento do protesto académico era de inspiração republicana e portanto subversiva da ordem política estabelecida. O resultado de tais pressões era previsível: a quase totalidade da Academia

(Continua na pág. 23)

DEPÕEM

três Estudantes:

LAURINDA RODRIGUES

JORGE LAGIDO

JOÃO ALEXANDRE

Quadrante procurará ser, durante o ano, uma ponte de diálogo entre os estudantes portugueses. Será, assim, nosso esforço abrir o jornal, de modo que todos tenham uma voz. E mais que nunca tal esforço se impõe e será útil.

Os acontecimentos da Primavera de 1962 foram como um grande degelo, um daqueles glaciares que na pré-história dividem as etapas da vida. O que existia ficou abalado. Esperanças se ganharam, esperanças se perderam. O ambiente foi refundido e o nosso trabalho adquiriu uma nova razão de ser. E no fim de tudo o que pensamos? Que pensa disto cada um de nós?

E factos posteriores vieram: Decreto-Lei n.º 44 632, a constituição do «Grupo de Estudos para o Estatuto Universitário e Legislação Circum-Escolar», o recomeço da actividade associativa, a definição de novas perspectivas.

Para onde vai o movimento associativo? Aceitaremos ficar limitados a duas ou três secções, à desportiva, à máquina de fazer folhas e pouco mais, ou aceitaremos antes continuar? Pertencemos a uma Nação e é nosso dever pelo seu interesse medir os nossos actos. Procurar que todos os estudantes se elevem a uma consciência maior; do conhecimento das realidades do país depende o futuro e a transformação das condições em que vivemos. Como universitários exigimos a reforma do ensino para que, enfim, se possa progredir e trabalhar de um modo inteiramente útil.

E se na Primavera de 1962 decidimos continuar, se todos os acontecimentos com suas grandezas e desilusões, foram um quase unânime sufrágio de aprovação, um sim ao dever, continuaremos. Há motivos para esperar de todos, dirigentes ou simples associados, um voto de fidelidade a sua decisão. E retomar um trabalho suspenso por forças exteriores à Universidade e à nossa vontade. E coordenar as actividades ao nível de cada cidade universitária e finalmente de toda a Nação — a esperada UNEP.

Ao mesmo tempo impõe-se uma decisão perante o 44 632. Diante das limitações que impõe, os obstáculos que levanta à liberdade de nos associarmos, à autonomia da Universidade, à coordenação a nível superior da nossa actividade, é urgente definir uma linha comum de acção.

Para tudo e como condição de tudo, de todos os estudantes se espera uma participação activa. O movimento estudantil português reúne todas as condições para ser cada vez mais um movimento autenticamente colectivo, e não a caricatura que alguns pretendem — uma mas-

sa arrastada por dirigentes isolados.

E neste espírito iniciaremos uma reflexão e um debate sobre os problemas do momento: o «44 632», o federativismo, o «Grupo de Estudos» dos Professores, e o que mais vier a lume. Que pensa destas questões a generalidade dos estudantes? A Laurinda Rodrigues e o Jorge Lagido o virão dizer. Quisemos também ouvir o João Alexandre que, como candidato a presidente da próxima direcção, nos poderá falar de uma outra perspectiva.

Começemos por nos situar perante a nova legislação — pode-se falar de progresso ou retrocesso comparando o dec. lei com o 40 900?

Que representa o dec. lei 44 632?

LAURINDA — Não me parece haver progresso ou retrocesso do 1.º para o 2.º decreto. Alterações houve-as decerto, e só assim se justifica que houvesse sido revogado o 40 900. Alterada em um ou outro artigo, a «fisionomia» essencial mantém-se: a autonomia desejada pelos estudantes continua a sofrer restrições. Agora talvez ainda mais prementes, mas também compreensíveis se atendermos à evolução dos factos passados e que ainda estão vivos na memória de alguns. O desfecho destes factos não foi de modo algum satisfatório para a Universidade. Era objecto de luta constante por parte dos estudantes a revogação do 40 900. Consideravam-no opressivo da autonomia da Universidade. Finalmente ganharam a luta: o 40 900 foi revogado. Mas, como nem sempre vence quem ganha, hoje os mesmos estudantes debatem-se com o 44 632.

Palavras como «nomeação», «aprovação», «autorização», «subordinação» e até «suspensão», abundam neste decreto, não constituindo, porém, qualquer novidade em relação ao anterior, e até a perfeita e clara «dualidade» da legislação, adaptável a qualquer caso concreto, deixa uma margem subjectiva e hipotética de que se apercebe qualquer jurista incipiente; e o direito tem as suas subtilidades.

LAGIDO — A meu ver, num ou noutro ponto em concreto, é incontestável o retrocesso. Basta pensar na negação da representatividade das AA. EE. Mas no fundo o resultado visado é o mesmo, condicionamento restritivo da actividade associativa. Somente divergem

os processos empregados. No primeiro caso o enquadramento tutelar, no outro a destruição pura e simples da actividade associativa ao nível federativo. Não falando já nas limitações à autonomia tradicional da Universidade.

Falaste em limitações à autonomia da Universidade. Gostava que precisasses em que medida essa autonomia é afectada.

LAGIDO — Em primeiro lugar, na medida em que retira às autoridades universitárias a sua competência tradicional da Universidade, em matéria disciplinar. Em segundo lugar, fazendo tábua rasa da representatividade das AA. EE., nega ao Corpo Discente um órgão representativo dos seus interesses na comunidade universitária.

J. ALEXANDRE — Vou focar esses dois pontos. Primeiro a relação com o 40 900. Este dec. 40 900 não pode ser tomado como ponto de referência, na medida em que a sua aplicação apenas foi esboçada aos solos. Dele apenas o espírito vigorou, e talvez ainda vigore, e só há que tirar ilações quanto à extraordinária reacção que originou.

Tanto um como outro se intitulam resposta à legítima pretensão, por todos apresentada, a uma justa regulamentação circum-escolar.

Qual o pior? O primeiro retirava ostensivamente aos estudantes a possibilidade de livremente se autogerirem-professores fiscais, etc. O segundo, de forma velada, mas não menos perigosa, além de outros vários defeitos, consagra um princípio de estatização da Universidade, absolutamente oposto aos seculares princípios da autonomia e do institucionalismo.

Repito, não pode dizer-se que tenha havido progresso ou retrocesso. Tanto num caso como noutro se ficou bem longe das aspirações inteiramente razoáveis dos principais interessados. Não quero, porém, deixar de referir que o dec. 44 632 em outros aspectos de capital importância vais mais longe e é mais gravemente lesivo dos interesses das AA. EE. É o

caso, apontado pelo Jorge Lagido, do dispositivo disciplinar e também do atentado contra a natureza intrínseca da própria Universidade que é a negação da representatividade geral das AA.EE.

Este mesmo decreto contém, como já referi, uma incongruência notável: considera no art. 12.º as organizações circum-escolares, nomeadamente portanto as AA.EE., elementos orgânicos da Universidade, após, no § único do art. 9.º, expressamente lhes haver negado representatividade geral na base de uma pseudo liberdade associativa.

Entendamo-nos. As AA.EE. são os únicos organismos que prosseguem fins de interesse geral dos estudantes enquanto tais, membros da instituição universitária, categoria social perfeitamente definida e definível segundo um critério objectivo; o carácter orgânico das Associações de Estudantes está consagrado; retiremos, pois, destes princípios todos os corolários que comportam e não permitamos mistificações. As AA.EE. são a única entidade habilitada a representar os estudantes pela sua própria natureza; a inscrição como sócio é independente desse facto, é uma formalidade que a actual estrutura torna indispensável mas que é por essência transitória e anormal. Lembro, a propósito, o que até há pouco tempo se passava na A.A. de Coimbra em que estatutariamente eram sócios, sem excepção, todos os alunos da Universidade de Coimbra.

É caso para perguntar: a quem vai competir a representatividade geral dos estudantes? Penso que não haverá coragem para a dar a uma entidade estranha e por consequência lhes será simplesmente negada.

O que existe é um entendimento incorrecto de conceitos de base: autonomia institucional da Universidade, carácter orgânico das AA.EE., vida intencional de Universidade, etc.

Pretende-se uma Universidade autónoma. Pois bem, eu pergunto: por que razão se verifica que apenas os Reitores e os Directores, de confiança governamental, têm poder sobre as

organizações circum escolares? Quais os poderes previstos para os órgãos colegiais, Senado e Conselhos Escolares que, desde que tenham a participação de estudantes, se podem considerar as genuínas autoridades universitárias? Para quê toda a complicada máquina burocrática prevista e que se antevê como um obstáculo de peso ao desenvolvimento da capacidade realizadora das AA.EE., e que as torna dependentes de autoridades governamentais ou da sua confiança exclusiva? Como se pode continuar a permitir que o Ministério da Educação Nacional exerça jurisdição disciplinar independente sobre os estudantes? Será que está a prevenir, desde já, os casos em que nem nas actuais autoridades universitárias se possa ter confiança?

A Universidade não pode ser joguete de condicionalismos por natureza variáveis, tem de estar para além deles, e concorrer por esforço próprio para a sedimentação completa da sua vida institucional. Só uma Universidade livre, autónoma, independente, será uma Universidade em toda a acepção da palavra.

LAGIDO — Lembro-me ainda de outras passagens do decreto na mesma linha de apropriação do que por direito nos compete: estou a pensar na designa-

ção dos vogais estudantes para a «Comissão Permanente das Organizações Circum Escolares do Ensino Superior» que é feita pelo Ministro da Educação. As organizações circum escolares «legalmente constituídas» são apenas ouvidas. E nós sabemos o significado de tal audição.

Outro caso: prevê-se que as actividades de «interesse geral», como cantinas, secções de folhas, possam ser retiradas às AA.EE. É mais um meio de asfixiar a nossa actividade naquilo que ela representa de vantagens materiais para os estudantes. E ainda no aspecto disciplinar passa a caber ao

governo não só a decisão final dos processos que forem instaurados, mas também o julgamento dos fundamentos do que possa ser «desvio de fins estatutários» «indisciplina académica» ou «actividades contra a ordem social estabelecida». Isto equivale a deixar o julgamento à acusação, a não dar qualquer possibilidade efectiva de defesa a quem quer que seja acusado.

Para terminar limito-me a dizer: a melhor crítica que se pode fazer ao decreto é compará-lo com o parecer do «Grupo de Estudo» dos Professores ou mesmo com o parecer da Câmara Corporativa.

É tempo de passar a um outro tema: o federativismo. Sabemos todos no que consiste: a coordenação das actividades (culturais, sociais, desportivas) ao nível de cada cidade universitária e finalmente ao nível nacional. Será oportuno? Será útil?

LAURINDA — No momento actual, não vejo vantagens no federativismo dos estudantes. Pela divisa: «a unidade de hoje para a união de amanhã» se a primeira parte se não verifica, como servir de base para a segunda?

J. ALEXANDRE — Estou em certo desacordo com o que disse a Laurinda. Devemos equacionar o problema pelo

toda a crise do ano passado os estudantes agiam e pensavam federativamente, a imposta divisão em Universidade Clássica e Técnica revelou-se, como hoje se revela, artificiosa e irreál.

Uma superestrutura coordenadora representativa dos estudantes de Lisboa não é mais que a satisfação de uma urgente necessidade:

— Incremento das iniciativas ao nível regional.

— Ordenamento das iniciativas internas segundo uma perspectiva de cúpula.

— Entreeajuda das diversas associações.

— Representatividade consideravelmente aumentada, etc., etc.

A Federação está consolidada como subfacto social — as RIA são uma realidade quase institucional. Só resta proceder à consagração dessa realidade.

Quero ainda enquadrar esta questão no decreto 44 632. Este decreto enferma de todos os vícios inerentes à sua característica de regulamento-castigo. Lembro que é bem nítido o propósito de impedir que se possam repetir os acontecimentos do ano passado. Assim, a Federação está dependente das pessoas que a ela tiverem de dar a sua aprovação. Isto, claro, no caso do Decreto, não ser revogado, ou continuar a ser efectivamente aplicado.

Faço notar ainda que, neste aspecto, a prisão do Secretário

do grupo social que representam possam verdadeiramente trabalhar.

LAGIDO — Tenho pouco a acrescentar. Mas quero acentuar que o decreto 44 632, no seu propósito de condicionamento restritivo do movimento académico, procurou sobretudo atingir as iniciativas de tipo federativo. No associativismo português é essencial a estruturação federativa, regional e nacional. As vantagens são evidentes: maior poder de acção, abordagem global dos problemas e iniciativas que tomadas isoladamente não têm qualquer hipótese de viabilidade. A prova está nos sucessos de movimentos estrangeiros congêneres que instituíram serviços sociais em larga escala (C. P. S. E. P. S.).

Passo agora a uma outra pergunta: que representa o «Grupo de Estudos sobre o Estatuto Universitário e Legislação Circum Escolar»? Será o prelúdio de uma associação de Professores?

LAGIDO — É à própria Universidade, como instituição autónoma, que incumbe estudar e resolver os problemas que no dec. 44 632 aparecem a justificar uma «Comissão Permanente das Organizações Circum Escolares». Esta missão estaria bem entregue ao «Grupo de Estudos», apenas gostaríamos de nele encontrar alguns elementos estudantis qualificados.

Quanto ao outro aspecto da pergunta: O «Grupo de Estudos» poderá ser o embrião de uma futura Associação de Professores, prosseguindo interesses específicos e colaborando com as AA.EE.

LAURINDA — Um grupo de PROFESSORES, não de professores, que pudesse debruçar-se intensa e lucidamente sobre os problemas escolares e circum escolares, seria do maior interesse. Estariam em posição óptima de colaboração com os alunos, dispondo da autoridade necessária à boa condução das actividades.

J. ALEXANDRE — A constituição do «Grupo de Estudos» dos Professores representa, ninguém o pode pôr em dúvida, o acordar do Corpo Docente para os problemas da «sua» Universidade. É quase inútil realçar a sua importância, em todos os aspectos por que se encara aquela esperançosa realidade, menos pelo que ela é do que pelo que pode vir a constituir.

É assunto para muitas horas de conversa. Limitar-me-ei a chamar a atenção para os nomes dos que compõem o citado Grupo e para o primeiro produto do seu trabalho — o

(Continua na pág. 20)



modo inverso. Se uma relativa unidade é básica para haver uma UNEP, só uma União poderá realizar essa unidade. Uma unidade só se consolida depois de estruturada. E mais: uma federação em Lisboa, por exemplo, traria grandes vantagens materiais e um incremento de relações culturais e sociais que interessariam os estudantes hoje desinteressados. Além de que permitiria superar uma certa divisão, consequência necessária da fragmentação.

A ideia da Federação dos Estudantes de Lisboa, com este ou com outro nome, está definitivamente lançada; durante

Geral das RIA, Medeiros Ferreira, não permite grandes optimismos quanto à concretização do nosso velho ideal.

O decreto 44 632 representa para nós um plano de fundo quase tenebroso, uma espada de Damocles, para o movimento associativo, uma fonte permanente de incertezas e conflitos.

Estamos preparados para um federativismo regional, em parte já realizado, e para uma União Nacional. Este federativismo é condição para o movimento estudantil produzir o que potencialmente tem mostrado possuir, e para que os estudantes portugueses na consciência

Estamos preparados para um federativismo regional, em parte já realizado, e para uma União Nacional. Este federativismo é condição para o movimento estudantil produzir o que potencialmente tem mostrado possuir, e para que os estudantes portugueses na consciência

Estamos preparados para um federativismo regional, em parte já realizado, e para uma União Nacional. Este federativismo é condição para o movimento estudantil produzir o que potencialmente tem mostrado possuir, e para que os estudantes portugueses na consciência

AUTOPSIA

«Ou refazemos a vida refazendo a educação, ou não fazemos nada de verdadeiramente útil». SALAZAR (1).

1 — INTRODUÇÃO — EDUCAÇÃO E ENSINO

A) Convém, para melhor lidarmos com a noção de Ensino, esclarecer uma outra que de modo muito profundo a baseia: a de Educação. Isto, para maior clareza na exposição, dado que é corrente o uso arbitrário de qualquer destes termos para a designação de uma mesma ideia (a qual, aliás, está geralmente mais próxima do conceito de Ensino do que do de Educação).

Encaremos pois o que se entende por Educação.

Em primeiro lugar ela é uma **virtualidade essencial** no ser humano e um fenómeno **inerente à própria vida**; significa isto que todo o homem tem uma **capacidade receptiva** que vai encontrando satisfação e resposta nas mais íntimas experiências do processo vital. Este, o verdadeiro sentido dum postulado universal da pedagogia moderna: **Educação é Vida**. Este também o sentido da expressão popular: «aprender até morrer». Não havendo uma identificação (stricto sensu) dos dois fenómenos, há, porém uma mútua relação de dependência: **sem Vida não há Educação e sem Educação não há Vida**.

B) Projectada na vida social do homem a noção de Educação encontra um significado especial. Assim, tomemos por fundo uma sociedade humana, em estágio civilizacional primitivo. Posto de parte o conceito de Educação, no seu sentido mais lato, no sentido de inerência da vida, nesta nova e concreta situação, verificamos corresponder Educação a **uma adaptação à Vida pela Vida**, a qual se faz sentir sobretudo na primeira quinzena de anos da existência; é, pois, um processo natural do indivíduo **experimentar** progressivamente, em quantidade e qualidade (2), até possuir aquele mínimo de condições de enquadramento na vida comunitária, que lhe permita ocupar um lugar, como os demais. Vemos, pois, que nessas sociedades primitivas, o indivíduo **se educa por si** através das experiências acidentais do quotidiano.

C) Evoluindo constantemente, a raça humana foi-se acompanhando do lastro imenso de dados e valores que criou e descobriu; graças a eles, isto é, à secular acumulação de experiências, é hoje riquíssima a civilização. Rica e complexa. De facto, perante a sociedade primitiva que há pouco referimos, a sociedade moderna apresenta-se como um verdadeiro labirinto, na sua densidade e na sua multiplicidade — ou em suma na sua complexidade.

Porém, para conservar e enriquecer os dados e valores da sua civilização, é necessário que a geração adulta prepare a geração nova para os receber. Esta entrega dos mais velhos aos jovens é condição primeira de Evolução.

Mas, por outro lado, a complexidade que observamos nas sociedades modernas não permite que o indivíduo se eduque entregue a si mesmo. Por isso só, perder-se-ia no labirinto social.

D) Como solução do problema, surge aqui o Ensino — meio educativo de actuação directa da sociedade sobre a infância, proporcionando-lhe as experiências (cientificamente ordenadas e seleccionadas) necessárias à sua adaptação e participação na vida comunitária.

Mero substituto da Educação natural, o Ensino pretende, porém, de per si ser impulsor do progresso. Nesse sentido criou um instrumento próprio: **a Escola**.

E) Sabemos agora já qual o sentido e a missão da Escola. Fácil é, pois, de ver, que para a cabal realização da sua missão, a Escola deve ser, antes de mais **um ambiente**, ou melhor, **um meio social**. Espelho da vida — pois que se o não for, deseduca — ela, deve, todavia, esforçar-se por ser espelho do que há de válido e benigno nessa vida.

2 — ANÁLISE QUANTITATIVA — 40 % DA POPULAÇÃO METROPOLITANA NÃO SABE LER NEM ESCREVER, QUASE UM TERÇO DAS CRIANÇAS EM IDADE ESCOLAR NÃO VAI À ESCOLA. O ENSINO SUPERIOR NÃO CORRESPONDE ÀS NECESSIDADES DA NAÇÃO E PÕE EM RISCO O SEU DESENVOLVIMENTO.

A) Situada assim em termos largos a importância do ensino, vamos neste segundo momento passar à análise do que entre nós é o ensino. Quais os seus modos? Quais os seus números?

Partindo da base de que hoje o ensino é o ponto de partida de qualquer programa sério de desenvolvimento, vamos reter alguns aspectos, os mais destacados, do que entre nós se faz.

Num estágio histórico em que a técnica deu ao homem a chave dos seus mais prementes problemas, uma economia para todos os homens, uma possibilidade de vida mais digna, ou recompensa mais justa, todo o trabalho está condicionado por um saber. Para progredir é preciso planear, para haver planos são necessários cientistas que os realizem e técnicos que os executem a todos os níveis, o engenheiro, o médico, o professor ou o operário.

E o que sucede? Olhamos para o nosso povo e a visão é desoladora. Tomamos os números do ensino e sentimos medo do futuro. Fazemos a experiência da Universidade e um sentimento de repulsa nos leva a exigir uma escola diferente.

Mas comecemos pela base: os números gerais do nível de cultura e vida do nosso povo.

Dois índices que se associam. **Uma débil estrutura económica que se avalia num dos mais baixos índices europeus de rendimento nacional per capita, o menor consumo de energia (4), leite, carne, tecidos de lã e algodão, dos menores números de médicos, leitos de hospital, jornais ou rádios e televisões. Um povo que não tem um consumo médio alimentar que atinja o mínimo suportável de calorias (5).** E o nível cultural acompanha esta situação. Ao lado de uma elevada taxa de mortalidade infantil, o analfabetismo de cerca de 75 % da população total. Ao lado de uma extraordinária falta de informação, uma esmagadora ausência de quadros técnicos, um quase inexistente sistema de segurança social.

Tomemos dados concretos: **a taxa de analfabetismo entre maiores de 15 anos atingia há pouco tempo mais de 40 % na Metrópole e cerca de 95 % no Ultramar.** 70 a 75 % da população total da Nação. E isto utilizando o mais cómodo dos critérios: considerando alfabeto o que sabe contar e ler e escrever alguma coisa.

Como referência olhemos o quadro 1: a situação do analfabetismo em vários países (segundo o critério da UNESCO, mais exigente que o nosso).

QUADRO I

O ANALFABETISMO NO MUNDO (6)

(Taxa de analfabetismo entre maiores de 15 anos)

País	População (milhares)	Taxa de Analfabetismo	País	População (milhares)	Taxa de Analfabetismo
Alemanha	68.500	1- 2 %	U. Indiana	381.690	80-85 %
Argentina	19.111	10-15 %	Irão	21.794	85-90 %
Austria	6.974	1- 2 %	Israel	1.811	5-10 %
Bélgica	8.868	3- 4 %	Japão	89.000	2- 3 %
Brasil	58.456	50-55 %	Libéria	1.250	90-95 %
Checoslováquia	13.089	2- 3 %	Marrocos	9.723	85-90 %
Dinamarca	4.439	1- 2 %	México	29.679	35-40 %
Egipto	22.234	75-80 %	Portugal (7)	21.159	70-75 %
Espanha	28.976	15-20 %	Metrópole	8.765	40-46 %
Etiópia	20.000	95-99 %	Ultramar	12.394	90-95 %
E. U. A.	164.303	3- 4 %	Tailândia	20.302	45-50 %
Filipinas	21.849	35-40 %	Turquia	24.122	65-70 %
Finlândia	4.241	1- 3 %	Venezuela	5.774	45-45 %
França	43.264	3- 4 %	U. R. R. S.	200.200	5-10 %
Grécia	7.973	25-30 %	U. África do Sul	13.669	55-60 %

DO

Por

ALMEIDA FARIA

ALMEIDA FERNANDES

NUNO BREDERODE SANTOS



ENSINO

Isto significa: estamos entre os mais atrasados países. Na Metrópole tal número é inadmissível. Ligeiramente reduzido pela passada Campanha Nacional de Educação de Adultos, continuará considerável enquanto a frequência escolar não se estender efectivamente a toda a população.

B) E, enquanto os países novos e pouco desenvolvidos adoptam planos de emergência e sistemas modernos para acelerar a resolução do mal, nós deparamos com mais dois índices assustadores: **somos um dos países com menor número de anos de ensino gratuito e obrigatório. E temos uma desoladora taxa de escolarização efectiva.**

No Quadro II temos o que se passa em vários países no referente à duração do ensino primário.

QUADRO II

ESCOLARIDADE OBRIGATÓRIA E GRATUITA (8)

País	Idades Limite	Duração Anos	País	Idades Limite	Duração Anos
Albânia	7-16	7	Roménia	7-14	7
Alemanha Ocidental	6-15	8-9	Espanha	6-12	6
Alemanha Oriental ...	6-18	11	Suécia	7-14	7
Austria	6-14	8	Inglaterra	5-15	9-10
Bélgica	6-14	8	Jugoslávia	5-15	9-10
Checoslováquia	6-15	9	U. R. R. S.	7-17	10
Dinamarca	7-14	7	U. S. A.	6-15	8-12
Finlândia	7-16	9	Egipto	—	6
França	6-16	10	Ghana	—	6
Grécia	6-14	6	Irão	—	6
Hungria	6-14	6	Israel	—	9
Itália	6-14	8	Libéria	—	9
Holanda	7-15	8	Marrocos	—	5
Luxemburgo	6-14	8	México	—	6
Portugal	7-13	4	Venezuela	—	6

Os países adiantados têm óptimos índices. Os países ditos subdesenvolvidos lançam-se numa campanha de recuperação. Procuram planear o ensino de modo a, em pouco tempo, terem os quadros que assegurem um progresso mais rápido.

Mas não termina aqui o nosso mal: as estatísticas oficiais dizem que é entre nós muito baixa a taxa de escolarização efectiva. Temos distritos em que apenas metade da população entre os 7 e 11 anos vai à escola. Este estado assume especial gravidade no Alentejo. Será interessante ver no Quadro III os números de **Beja, Castelo Branco, Leiria, Évora, Portalegre, Setúbal...**

QUADRO III

TAXA DE ESCOLARIZAÇÃO Efectiva

Distrito	Entre 7 e 11 anos	Entre 12 e 19 anos	Entre 20 e 34 anos
Aveiro	71,6	8,6	0,6
Beja	50,0	6,2	0,3
Braga	66,6	10,0	0,8
Bragança	69,3	10,8	0,9
Castelo Branco	62,2	10,2	0,8
Coimbra	67,0	13,5	3,0
Évora	58,6	13,7	1,4
Faro	63,2	10,3	1,0
Guarda	71,2	10,1	0,7
Leiria	65,0	6,9	0,5
Lisboa	80,5	24,9	4,1
Portalegre	59,4	8,1	0,7
Porto	73,6	13,9	1,9
Santarém	63,5	8,7	0,6
Setúbal	59,6	11,7	0,8
Viana do Castelo	71,7	8,3	0,5
Vila Real	63,6	11,0	0,6
Viseu	68,5	8,6	0,7

Então no Ultramar a situação é alarmante: mais de 70 % das crianças em idade escolar não frequenta qualquer escola.

Seremos todavia um caso como muitos outros? Talvez não. Até em países em relação aos quais é usual afirmar a nossa superioridade cultural os índices são muitíssimos superiores aos nossos.

O Quadro IV representa a taxa de escolarização efectiva em alguns países da Ásia (para termo de comparação: na Metrópole esse índice é de perto de 70 % e no Ultramar de 30 %).

QUADRO IV

TAXA DE ESCOLARIZAÇÃO Efectiva EM ALGUNS PAÍSES DA ASIA (ENSINO PRIMÁRIO) (6)

País	Taxa de Escolarização	País	Escolarização Taxa de
Birmânia	59,6	Irão	37,8
Cambodja	56,6	Laos	24,8
Afganistão	11,8	Malásia	85,4
Ceílão	96,4	Paquistão	43,7
Coreia	100,00	Filipinas	85,5
Índia	51,9	Tailândia	95,0
Indonésia	51,9	Vietnam	55,8

AUTOPSIA DO ENSINO

Temos um dos mais baixos, senão o mais baixo, número de anos de ensino primário. Temos no analfabetismo a maior parte da população. Temos falta de escolas. Falta de professores. E para cumular a situação muito mais de metade da população em idade escolar não vai, ou não pode ir, à escola.

E o que acontece aos que terminam a instrução primária? A maioria não pode prosseguir quaisquer estudos.

Os conhecimentos mínimos recebidos, esse pouco, será a base de toda a sua actividade futura, a limitada contribuição que poderão levar ao seu país.

Para melhor documentar olhemos o Quadro V, que dá o número dos alunos que fazem a 4.^a classe e os que ficam por aí.

QUADRO V

DISCRIMINAÇÃO DOS ALUNOS QUE FINALIZAM A 4.^a CLASSE ENTRE OS QUE CONTINUAM A ESTUDAR E OS QUE DEIXAM OS ESTUDOS (9)

Anos	Alunos aprovados na 4. ^a classe	Alunos aprovados nos exames de admissão (Liceu e Escolas Técnicas)	Alunos que deixam de estudar
50-51	61.972	14.845	47.127
51-52	67.318	15.747	51.571
52-53	75.085	16.947	58.138
53-54	84.926	18.530	66.396
54-55	81.628	22.966	58.622
55-56	—	27.637	—
56-57	93.858	31.341	62.517

E todos sabemos o que acontece às crianças que deixam a escola. Normalmente começam a trabalhar. Entre as causas duas se distinguem: a incapacidade económica dos pais e a distância a que se encontram as escolas secundárias de alguns sectores da população.

Citando Matos Torres (8) diremos: «mas logo que termina a escola o que acontece?»

«Só aqueles com recursos continuam a estudar. Os restantes que são muitos (senão a maioria) entram num período morto da sua evolução mental, em que esquecem grande parte do que aprenderam na escola. Ocupam-se em actividades aleatórias e dispersivas, geralmente para levarem alguma contribuição ao escasso rendimento familiar. Ora é um facto psico-pedagógico conhecido que o indivíduo não está apto a desenvolver actividade regular senão a partir dos 15 ou 16 anos. Sobretudo quando se trata de actividade primordialmente física, como acontece, por via de regra, com quase todos os alunos saídos da escola primária.

O período morto de precoce desgaste e paralização do desenvolvimento mental prolonga-se por 4 ou 5 anos. O facto reveste significação muito grave nos meios rurais onde os únicos meios de informação acessíveis são, por vezes, o jornal e a rádio, e as possibilidades de valorização intelectual se podem considerar praticamente nulas.

Pode considerar-se fora de dúvida que a criança, ou mesmo o adulto, com a instrução limitada ao curso primário não está apta, na maioria dos casos, a exercer profissões que não sejam de natureza física. Nesta época de evolução das sociedades civilizadas em que se exige do trabalhador aptidões cada vez mais complexas o problema apresenta perspectivas muito mais sérias — pois que o rendimento do operário é tanto maior quanto mais desen-

volvido o discernimento com que aplica e aproveita a sua capacidade física».

Os dados que se seguem são obtidos num **inquérito da J. O. C. (1956)** envolvendo 2.500 jovens operários.

68 % — começaram a trabalhar antes dos 14 anos.

20 % — entraram na profissão entre os 9 e 11 anos.

81 % — não continuaram os estudos por falta de recursos e para auxiliar a família.

77 % — afirmaram não haver recebido na escola qualquer preparação para a sua vida de trabalho.

Mais de 50 % — aceitou o primeiro trabalho que apareceu.

De igual modo a maioria frizou não ter tido qualquer papel na escolha da profissão, a descoberta de uma vocação, pois ninguém, nem pais, nem escola, nem Estado, com isso se preocuparam (9).

Transcrevemos mais um passo de Matos Torres: «no período em análise (50-57), exceptuando o ano lectivo de 50-51, **entre 50 a 60.000 rapazes e raparigas ao deixarem a escola primária entraram imediatamente no período morto da sua formação mental e profissional.** Uma riqueza potencial imensa de valores humanos é assim dissipada em prejuízo de todas as actividades e para todos os aspectos da vida social do país que os devia aproveitar.

(...) é oportuno assinalar ainda, todavia, que o número de alunos que não continuam a estudar depois de finalizados os cursos primários **mostra tendência a aumentar**, tendo alcançado o máximo no ano lectivo de 53-54 com 66.396 alunos em tais condições. No ano imediato a cifra reduziu-se para 58.622, mas logo atinge 62.517 no ano lectivo de 56-57».

E, se juntarmos a estes dados o que se passa no Ultramar, o número ascenderia dum modo que nem sequer nos atrevemos a calcular.

Pois não encontramos estatísticas sobre tal assunto!

C) É tempo de ver o que, por sua vez, acontece à minoria que consegue prosseguir os estudos.

Isto equivale a falar do **ENSINO SECUNDÁRIO**. Por falta de espaço seremos breves.

É alta a percentagem de aprovações no exames de admissão. 76 a 78 % no ensino liceal, 78 a 90 % no ensino técnico profissional.

Em 1956-57 tivemos 20.808 requerentes de exames de admissão ao liceu (16.383 aprovados) contra 19.088 candidatos ao ensino técnico (14.958 aprovado). Obteve aprovação, pois, um total de 31.341 alunos.

Partindo do princípio de que todos estes candidatos se matriculam efectivamente, passamos a examinar o mapa das conclusões nos vários ciclos do ensino liceal — Quadro VI.

QUADRO VI

CONCLUSÕES DE CICLO LICEAL (9)

Ano	1.º CICLO			2.º CICLO			3.º CICLO		
	Candidatos a exame	Aprovados	% de aprovações	Candidatos a exame	Aprovados	% de aprovações	Candidatos a exame	Aprovados	% de aprovações
50-51	9.261	7.603	82,1	8.974	4.362	48,6	2.653	1.575	59,4
52-53	10.725	8.959	83,5	9.724	5.347	54,9	3.950	2.316	58,6
54-55	12.487	10.070	80,6	10.962	5.884	53,7	4.962	2.627	52,5
56-57	15.201	12.486	82,1	13.350	6.764	50,7	7.009	3.004	42,9

De notar:

1 — Redução acentuada das comparências a exame (portanto da frequência regular) conforme se caminha para os últimos anos:

15.502 do primeiro ciclo, 13.350 do segundo, 7.009 do terceiro (ano de 56-57).

2 — De ciclo para ciclo ficam alunos no caminho. A diferença é enorme em relação ao terceiro ciclo. **A maioria dos estudantes que entram no liceu não passa do 5.º ano e uma grande parte não o atinge.**

3 — **É exagerada a percentagem das reprovações:** 50 % no segundo ciclo, mais de 50 % no terceiro. É menor no primeiro ciclo de acordo com programas bastante fáceis (que normalmente competiriam ao ensino primário).

AUTOPSIA DO ENSINO

Donde o mal?

Dos estudantes? A débil capacidade do povo português? Recusamos aceitar.

Atribuímos a culpa ao sistema de ensino, um sistema pedagógico envelhecido e sem interesse, programas desactualizados e corpos docentes mal preparados.

Adiante diremos porquê.

4 — Dos alunos que terminaram o 7.º ano apenas 60 a 70 % ingressa nas Universidades, onde por sua vez só uma parte terminará o curso.

Notável o nosso sistema de eliminação.

Não podemos também deixar de fazer uma breve alusão ao ensino técnico profissional e normal.

Continuaremos o método dos números: O Quadro VII.

QUADRO VII

CONCLUSÕES DE CURSO NO ENSINO TÉCNICO PROFISSIONAL (9)

Anos	Ensinos	Ensino Técnico-Profissional Elementar e Complementar	ENSINO TÉCNICO PROFISSIONAL MÉDIO		
			Agrícola	Comercial e Industrial	Total
50-51		5.416	67	198	265
51-52		5.774	63	209	272
52-53		5.952	63	300	363
53-54		6.667	50	173	223
54-55		6.783	77	121	198
55-56		7.746	78	188	266
56-57		7.674	71	779	250
57-58		7.700	66	196	262
Média anual ...		6.714	66	199	265

De assinalar:

1 — Um regular progresso nos efectivos do curso elementar e complementar. Pequeno mas regular. Insuficiente todavia para o ritmo desejável do crescimento nacional.

2 — Menos de 5 % (!) dos alunos que concluem o ensino complementar tiram um curso médio!

Neste **ensino médio** (Escola de regentes agrícolas, Instituto Industrial e Instituto Comercial) vemos um aumento de efectivos até 1953 e declínio desde então. Números trágicos. Sobretudo no referente à agricultura. Um país predominantemente agrícola onde se não formam técnicos agrícolas. O número médio de 66 formaturas por ano é absolutamente ridículo, dada a dimensão da necessidade nacional.

O mesmo se pode dizer da exiguidade do número de agentes técnicos se resolvermos adoptar um programa de industrialização, o que se parece verificar.

No ensino normal é igual o panorama: Quadro VIII.

QUADRO VIII

CONCLUSÕES DE CURSO NO ENSINO NORMAL (9)

Ano	Magistério Primário	Magistério Secundário	I. N. E. F.	Magistério de Anormais	Total
50-51	1.165	15	5	—	1.185
51-52	1.014	43	7	—	1.064
52-53	884	58	4	—	946
53-54	915	38	15	—	968
54-55	1.283	30	11	4	1.328
55-56	1.242	29	11	12	1.294

De notar a redução gradual até 1953. De aí em diante uma subida muito reticente que tende à estagnação. E isto num país com falta de quadros docentes.

No referente aos professores primários não são estranhos ao índice três factos vulgarmente apontados:

- reduzida remuneração;
- dificuldade da vida em atrasados meios rurais;
- falta de enquadramento no ambiente económico-social que lhes deveria corresponder.

D) E chegámos ao **ENSINO SUPERIOR**.

Começemos, uma vez mais, pelos mapas correspondentes: Quadro IX e Quadro X.

QUADRO IX

FREQUÊNCIA DO ENSINO SUPERIOR (11)

	50-51	52-53	54-55	56-57	58-59	59-60	60-61
Direito	1.435	1.534	1.866	2.119	2.569	2.797	2.913
Letras	1.658	2.379	2.678	3.321	3.340	3.595	4.056
Medicina	2.624	2.702	2.983	3.163	3.146	3.083	3.035
Ciências	3.123	3.112	3.101	2.790	3.405	3.974	4.562
Engenharia	1.687	1.492	1.605	2.055	2.191	2.184	1.312
Agronomia	572	517	407	346	338	346	370
Veterinária	234	186	154	134	142	151	173
Farmácia	694	666	632	608	591	548	537
Economia e Finanças	938	821	852	986	1.203	1.372	1.556
Outros cursos	3.015	3.155	3.758	3.639	3.979	4.113	4.355
Total	16.018	16.564	18.036	19.161	20.904	22.163	23.877

QUADRO X

CONCLUSÕES DO ENSINO SUPERIOR (11)

	50-51	52-53	54-55	56-57	58-59	59-60	60-61
Direito	113	149	131	163	172	213	156
Letras	111	87	90	121	207	168	167
Medicina	224	240	194	204	296	322	292
Ciências	151	126	192	184	207	200	233
Engenharia	261	289	225	250	290	243	238
Agronomia	51	78	62	54	37	64	32
Veterinária	32	37	25	14	9	12	14
Farmácia	180	162	157	157	148	135	107
Economia e Finanças	91	53	55	43	64	75	67
Outros cursos	256	222	336	447	264	260	316
Total	1.470	1.443	1.466	1.637	1.694	1.692	1.622

Temos assim: entre 1950 e 1960 a frequência total do ensino superior aumentou de 16.018 para 23.877. Ao mesmo tempo o número de formaturas passava de 1.470 para 1.622.

A um aumento do efectivo total de 49 % correspondeu um aumento de 10 % nas conclusões!

Os nosso efectivo escolar já de si é baixo.

Globalmente corresponde a **7,7 %** da população total. **11,8** na Metrópole e **4,8** no Ultramar. A título de exemplo damos este mesmo índice em outros países (11):

Alemanha Oc. — **17,5 %**, Argentina — **18,4 %**, Espanha — **13,3 %**, Gana — **13,7 %**, Marrocos — **6,8 %**, Tailândia — **18,3 %**, Turquia — **11 %**.

E mesmo assim todo o aumento de efectivos se traduz numa notável falta de aproveitamento. De um aumento de quase 50 % colhe-se um benefício de 10 %!!!

E o que é importante: a frequência das Faculdades de Ciências e escolas de carácter técnico aumentou só na proporção de 27 %. E o número de formaturas baixou em 1 %.

Se se atender ao acréscimo da população verificado neste período (de rápido progresso técnico e científico) o retrocesso é já da ordem dos 10 %.

E não esqueçamos que a falta de engenheiros é agravada pela falta de agentes técnicos, que deviam aparecer em número muito superior. Para termos uma ideia do que seria normal vejamos o número comparado de engenheiros e agentes técnicos que anualmente se formam em vários países europeus (11):

AUTOPSIA DO ENSINO

Alemanha Oc. (1958) — 3.035 eng. contra 7.796 a. t.
 Bélgica (1957) — 357 eng. contra 550 a. t.
 Espanha (1957) — 495 eng. contra 1.882 a. t.
 Grécia (1957) — 254 eng. contra 258 a. t.
 Holanda (1959) — 505 eng. contra 1.900 a. t.
 Portugal (1961) — 179 eng. contra 97 a. t.

Este aspecto negativo é aparentemente equilibrado pelo aumento extraordinário das faculdades de Letras e Direito onde o número de conclusões subiu em 50 %.

Igual surto se verifica nas **Escolas Militares Superiores** onde se passou de 83 conclusões (1951) para 221 (1958). O número de conclusões quase triplicou!!!

Todos estes dados nos exigem uma observação. Quase todos os países lutam com falta de quadros técnicos. Não somos excepção. Apenas estamos normalmente pior que os outros. E sobretudo entre nós não se nota qualquer indício de melhoramento. Seria normal que os poderes públicos dessem uma certa primazia a este problema. Todas as actividades culturais, artísticas, o progresso do aparelho administrativo e do sistema jurídico, pressupõem um incremento económico e uma melhoria do nível de vida social. Este impulso virá, antes de mais, dos quadros jovens. Sem eles nada se fará. Assim, uma nação onde algumas das mais primárias necessidades estão por satisfazer, seria normal que organizasse o seu ensino de modo a os jovens poderem ocupar os lugares mais úteis ao desenvolvimento do seu povo. Mas:

- É pequeno o progresso na formação de médicos.
 - Diminui a frequência em Agronomia.
 - Os efectivos de Engenharia mantêm-se estacionários.
- Onde nos leva isto?**

Tomemos o caso por outra face. A Agricultura e a Sivil-cultura contribuíam em 1958 com 24,1 % do rendimento nacional bruto. Ocupam 1.457.000 trabalhadores, 46 % do total da população activa. E agora olhemos o Quadro XI — o do ensino agrário em todos os escalões.

QUADRO XI

ENSINO RELACIONADO COM A AGRICULTURA (9)

Anos Lectivos	1950-51		1953-54		1957-58	
	Alunos inscritos	Conclusões de cursos	Alunos inscritos	Conclusões de cursos	Alunos inscritos	Conclusões de cursos
ELEMENTAR (Operário rural e Feitor Agrícola)	279	64	292	64	336	58
MEDIO (Regente Agrícola)	448	67	399	39	454	58
SUPERIOR (Eng. Agrónomo)...	806	83	629	95	449	76
(Eng. Sivilcultor)...	447	42	348	45	306	60
(Veterinário)	125	9	107	19	9	—
(Veterinário)	234	32	171	31	134	16
Total	1.533	214	1.317	198	1.239	190

É ridículamente baixo o número das formaturas em Veterinária e Sivilcultura, decadente o de Agronomia. O número de técnicos de nível médio é baixíssimo. E normalmente devia ser muito superior ao dos técnicos de formação universitária — e não é.

A mesma inutilidade no referente ao ensino de nível elementar para operários rurais e feitores agrícolas. Onde devia haver milhares há dezenas. A frequência desses cursos corresponde a 0,09 % da população activa empregada no campo e o número das conclusões é cerca de 0,01 % em relação à mesma população.

Para avaliar a nossa situação tomemos o Quadro XII.

QUADRO XII

INSCRIÇÕES EM CIÊNCIAS DO ENGENHEIRO E DE AGRICULTURA POR 10.000 HABITANTES EM VÁRIOS PAÍSES DA EUROPA (8)

Países	Engenharia	Agricultura	Países	Engenharia	Agricultura
Portugal	2,4	0,72	Dinamarca	4,3	2,2
Espanha	1,8	1	Alemanha Ocidental	5,5	0,64
Grécia	2,7	1,1	Alemanha Oriental	9	3
Itália	4,8	1,2	Roménia	14	5
Países Baixos	5,4	1,2	Polónia	18,8	4,3
Jugoslávia	7,6	3,3	U. R. S. S.	34	11
Austria	8,9	1,5			
Noruega	3,6	1,2			

Os números são eloquentes. E ao mesmo tempo a nossa agricultura quase não progride. Não progride mesmo. Mantém técnicas e processos retrógrados. A título de exemplo citamos a própria Espanha, onde nos últimos cinco anos se registou um progresso de 50 % em produção.

E cria-se um círculo vicioso: a produtividade é baixa porque as técnicas são ultrapassadas e quase não há técnicos. E os técnicos não se formam porque os atrasos e a vontade de aí permanecer são tais que os quadros encontram dificuldades de colocação.

Qualquer das alternativas a mais lamentável!

Neste estado de coisas tornam-se impossível planos de fomento. Num relatório sobre a execução do **II Plano de Fomento** lê-se: «o atraso verificado na execução dos programas deve-se à falta de técnicos a todos os níveis» (12).

E este estado de coisas tem particular significação na situação actual da nossa economia: «Torna-se essencial acelerar o crescimento da Economia Portuguesa. O ritmo a que se vem processando — à taxa anual de cerca de 4 % — não só é insuficiente para nos arrancar da posição relativa em que nos encontramos no mundo, mas também conduz a que sejamos ultrapassados por aqueles países atrasados que estão a seguir uma política de desenvolvimento rápido».

No Ultramar a carência reveste aspectos maiores. Em Angola, a título de exemplo: no referente a quadros técnicos universitários (incluídos médicos e professores de liceu), dos 1.600 lugares da Província estão convenientemente preenchidos 650 (40 %). Dos 950 restantes, 310 estão ocupados por indivíduos insuficientemente preparados e os restantes 640 estão vagos. Quanto aos quadros de engenheiros dos 470 estão preenchidos 170 (36 %) (11).

O Instituto Superior de Estudos Ultramarinos é reflexo de tal problema. Especializado em questões do Ultramar forma um número reduzido de elementos. Ao mesmo tempo é estranhamente baixo o número de estudantes originários do Ultramar. Em resumo: o seu funcionamento não acorre às necessidades e os alunos que seriam de esperar do Ultramar não vêm. O Quadro XIII elucida.

QUADRO XIII

FREQUÊNCIA, CONCLUSÕES E PARTICIPAÇÃO DOS ALUNOS ORIUNDOS DO ULTRAMAR NO INSTITUTO SUPERIOR DE ESTUDOS ULTRAMARINOS (9)

	1950-51	1951-52	1952-53	1953-54	1954-55	1955-56	1956-57	1957-58
1 — FREQUÊNCIA								
TOTAL	164	194	163	169	172	174	193	160
2 — CONCLUSÕES	18	25	30	36	38	27	90	29
3 — ALUNOS								
Originários do Ultramar	11	17	19	20	2	—	19	—
4 — PERCENTAGENS DE ALUNOS DO ULTRAMAR EM RELAÇÃO AO TOTAL	6,7	8,8	11,7	11,8	1,2	—	9,8	—

AUTOPSIA DO ENSINO

Como conclusão desta análise quantitativa do ensino superior afirmamos:

— É diminuta a frequência do ensino superior em relação à população.

— É baixíssimo o aproveitamento dos efectivos totais, sendo anormal o número de reprovações.

— Declínio dos ramos de ensino mais urgentes: o ensino relativo à Agricultura e Pecuária e sobretudo a Engenharia e a Medicina. Este ponto foi a linha determinante do recente Congresso do Ensino de Engenharia levado a efeito no I. S. T.

— Os efectivos aumentam consideravelmente nas faculdades de Direito e Letras e sobretudo nas Escolas Militares.

— Estes números e tendências põem em risco qualquer plano de desenvolvimento social e económico.

— A situação é particularmente grave no Ultramar.

3 — ASPECTOS PEDAGÓGICOS — UM ENSINO ABSTRACTO, VERBALISTA, LIVRESCO, DESCRITIVO E MNEMÓNICO

O problema pedagógico é um problema velho em Portugal mas sempre novo e mais actual. Até ao dia em que os nossos métodos de ensino deixem a rotina, o diletantismo e as intuições vivendo de uma morta tradição: o ensino catedrático. Até ao tempo em que as palavras de **Luís António Verney**, **António Sérgio** ou **A. J. Saraiva** deixem de ser voz clamando no deserto e passem a constituir a ordem comum e banal de todas as escolas.

Citando palavras de **António Sérgio** diremos que o nosso ensino não é uma obra viva, mas um ensino abstracto, verbalista, livreco, descritivo e mnemónico.

O centro do ensino é a exposição oral do professor perante a passividade, tal uma máquina registadora, da parte do aluno. A via da ciência é a exposição magistral dada como um edifício exemplar, pronto a assimilar, por um estudante que não pode seguir a via desejável da experiência pessoal. Partindo de um dogmatismo anti-crítico apenas se preocupa (diz **C. Freinet**) com o que o aluno deve fixar em lugar do ele deve ser capaz de fazer.

Não sendo facultada ao aluno, nem a observação nem a experimentação, nem a visão dos factos que lhe dêem uma ciência em génese, em movimento de formação, levam o estudante ao mero verbalismo, ao ponto de ser «ser capaz de discursar sobre um assunto que inteiramente desconhece» (**A. Sérgio**).

É um «ensino descritivo e não explicativo e predominantemente mnemónico»: ignora que uma ideia só poderá provocar uma modificação na conduta do homem, levá-lo a uma mais alta compreensão e a um aperfeiçoamento e economia dos seus actos, se essa mesma ideia corresponder a «um interesse suscitado pela acção sobre o real, a um mínimo indispensável de experiência vivida».

O fim do ensino é dar consciência e motivar condutas. Jamais deve ser o que entre nós tantas vezes é: «uma distribuição de receitas que se deitam fora depois do exame».

Esta é infelizmente a vida comum do ensino no liceu. Mas estende-se quase sem alteração a toda a Universidade. Nós, por exemplo, que estudamos Direito, quantas vezes nos cansámos de programas sem interesse, matérias desactualizadas passando por cima dos mais prementes problemas do nosso tempo e do nosso país?

Quantos dormem nas aulas ou assassinam o tempo lendo jornais desportivos? Quantos professores não teriam um só aluno presente se não houvera um apertado regime de faltas?

Quantos, iludidos, mudando de curso à espera de melhor? Ao fim de um ano restam-nos poucas daquelas ilusões com que chegámos à Universidade.

Conhecemos planos de reforma do estudo em Direito com mais de vinte anos — o do **Prof. Marcello Caetano**, p. ex. E hoje continua-se como então. Pequenas reformas posteriores nada alteraram. Quando se dividirá o curso em secções antes do 6.º ano? Quando se estudará a Filosofia do Direito, hoje acessível a raros somente e no fim, numa das secções do 6.º ano? Quando estudaremos Sociologia, ciência fundamental para a compreensão das sociedades? Não somos nós apenas quem o diz. Di-lo o **Prof. Miguel Reale**, eminente mestre que entre nós esteve o ano passado:

«Está sendo reconhecido em todas as partes do mundo que é absolutamente indispensável incluir, entre as matérias obrigatórias do curso jurídico, a Sociologia e a Filosofia do Direito, não bastando ao jurista o conhecimento da Teoria Geral dada muitas vezes como introdutória das disciplinas.

A formação sociológica e filosófica torna-se cada vez mais necessária, em virtude de contínuas transformações que se operam nos sistemas legislativos, e cuja complexidade exige um rigoroso e actualizado preparo metódico. Por outro lado o jurista é chamado a ser protagonista do drama político-social que estamos vivendo, e não se compreendendo que ele seja educado apenas para comentar leis e regulamentos baixados (promulgados) por outrem. Especialmente na América do Norte e do Sul, esta compreensão já é vitoriosa, enquanto que em alguns países da Europa se nota uma resistência, devida ao positivismo, o qual se como filosofia foi superado, continua todavia a persistir como atitude, no trato da jurisprudência ou ciência do direito» (14).

Mas não é só o curso de Direito que se apresenta velho. Na maioria das faculdades o mesmo se passa. Na faculdade de Letras, p. ex., entre vários cursos mediocrementemente orientados o curso de Filosofia deve reunir todos os defeitos que um ensino de Filosofia pode reunir. Nas secções de filologia um panorama semelhante.

Todo este estado de coisas se vai reflectir, atrofiando, o estádio consequente do ensino que é a investigação. Sobre o desinteresse e soluções para o ensino e estudos da linguística portuguesa afirmou recentemente o **Prof. Lindley Cintra**: «Destruir o preconceito de que a Linguística é uma matéria intrinsecamente aborrecida, sem interesse, o prolongamento da odiosa «gramática», essa disciplina tão geralmente e justamente detestada pelos alunos dos liceus, como consequência do modo por que ainda, na maior parte dos casos, se ensina, de acordo, aliás, com as indicações dos programas e livros aprovados. Isto pode conseguir-se modificando o sistema de ensino das matérias linguísticas no liceu e na Universidade, tentando pôr em evidência que estudar a língua é estudar o homem que a fala, que a linguística não pode ser desligada (e neste ponto falo contra certas correntes da linguística moderna), de outras disciplinas como a história, a geografia e a etnologia, a sociologia, a psicologia e a estética literária, e que é na associação com elas que ganha o seu mais elevado grau de interesse. Tenho podido observar como, assim encarada, a linguística (e sobretudo alguns dos seus aspectos: a dialectologia, a história da língua, a sintaxe funcional e a estilística), é capaz de interessar a melhor camada da juventude universitária de hoje, atenta a tudo quanto é manifestação da pessoa humana».

A mesma desactualização, na faculdade de Ciências, ainda há pouco tempo mereceu uma brilhante série de artigos do **Dr. Santana Dionísio** (in *Seara Nova*).

E, embora não querendo fazer deste pequeno estudo uma antologia de opiniões, não resistimos a terminar este capítulo, sobre a qualidade do ensino, com a seguinte passagem do **Eng. Manuel Rocha** (no citado congresso do Ensino de Engenharia): «o problema do aproveitamento escolar no ensino superior está também por estudar. É digno de nota o facto de, no período de 1950 a 1960, o acréscimo dos efectivos escolares atrás referido ser muito superior ao acréscimo do número das conclusões de curso, o que supomos ser sobretudo devido a pior aproveitamento dos alunos.

Também na engenharia houve um acréscimo de efectivos superior a 40 % e o número das conclusões passou de 261 para 238, isto é, sofreu uma redução de quase 10 %, a qual toma o valor de 20 % quando se considera o número de conclusões em relação à população!

O aproveitamento deficiente dos alunos do ensino supe-

AUTOPSIA DO ENSINO

rior é em parte devido aos métodos pedagógicos seguidos e também às condições do ambiente social já atrás referidas a propósito do ensino secundário. Não se compreende que órgãos responsáveis aceitem os elevados índices de reprovações que são tão comuns. Além do desperdício de energia, que esses índices representam, ser muito grave num país com tanta falta de especialistas, é da maior importância para a sociedade evitar que uma massa importante dos seus jovens se sinta frustrada nos seus intentos.

Contrariamente a um ponto de vista ainda muito espalhado, que bem revela a falta de compreensão da função eminentemente social da Universidade, uma escola deve distinguir-se por fazer vencer os seus alunos, mesmo os poucos aptos, e não por espalhar reprovações. A grande virtude da pedagogia moderna reside precisamente em ser possível fazer de um indivíduo sem talentos ou inclinações especiais um elemento capaz de desempenhar condignamente uma função de nível superior na sociedade.

Quanto à organização e métodos pedagógicos seguidos, os cursos de engenharia sofrem das deficiências tradicionais do nosso ensino universitário resultantes do entrelaçamento de numerosos males dos quais destacamos — **a excessiva duração dos cursos, a insuficiente preparação e a falta de qualidades pedagógicas do corpo docente, a excessiva frequência escolar, a falta de convívio dos alunos com os professores, as aulas sem debate, o ensino verbalista, a carência de textos escritos da responsabilidade do corpo docente e o regime de apreciação do aproveitamento dos alunos.**

Que se fez neste quarto de século, de tão fulgurante progresso, que tanto tem exigido do ensino universitário, sobretudo da engenharia? Infelizmente creio não ser menos legítimo afirmar que nada se fez. Esperamos que passados mais 25 anos, não venham a ter a mesma desilusão os que agora se estão formando».

4 — ASPECTOS ECONÓMICOS — 7 OU 8 EM CADA 10 PORTUGUESES QUE NASCEM TÊM A SUA FORMAÇÃO EDUCACIONAL E PROFISSIONAL LIMITADA OU IMPEDIDA PELA SUA SITUAÇÃO SOCIAL

Não se pode deixar de fazer referência a este último aspecto do problema do ensino: os factores económicos que actuam como discriminadores das camadas sociais que têm acesso à universidade.

«Uns 50 % da nossa população activa trabalha e vive do **sector primário** (agricultura, siveicultura, pecuária e pesca) e destes 60 % assalariados, sem trabalho contínuo e com os baixos salários médios (15) que todos conhecemos (à volta de 20\$00 para os homens e de 12\$00 para as mulheres — relatório do Banco de Portugal, gerência de 1956). Aqui temos portanto um larguíssimo sector da nossa sociedade, os assalariados rurais, contando à sua parte mais de 30 % da população, no qual a juventude não poderá ser normalmente encaminhada para os estudos que chamamos secundários e muito menos para os superiores.

O **sector secundário** (indústrias transformadoras) contém mais de 30 % da população total activa, na qual se contam mais ou menos 70 % dos assalariados. Mesmo admitindo um salário médio (16) de 35 a 40\$00 por trabalhador, não podemos crer que este, chefe de família de umas 4 pessoas, consiga levar os filhos, em regra, ao ensino superior. E estes assalariados devem bem corresponder a uns 20 % da população total do país.

Fora destes grupos haverá ainda a considerar a existência de muito empregados industriais, comerciais, domésticos e públicos, de baixos ordenados e artífices independentes de modestíssimos recursos, bem como rendeiros e pequenos e pequeníssimos proprietários agrícolas, que constituem legião em certas regiões do país a manterem-se, tanto uns como outros em economia quase fechada sobre si próprios ou trabalhando em parte como assalariados.

Temos assim e para já, por este grosseiro cômputo, a indicação de que muito mais de 50 % da população portuguesa está, por debilidade económica, impossibilitada de alcançar o ensino superior» (8).

Havíamos deparado com uma taxa de analfabetismo de mais de 40 %; soubemos que quase metade das crianças em idade escolar não vai à escola; verificámos que, p. ex., no ano de 1959-60, apenas 17 % da população entre os 11 e 17 anos frequentava o ensino secundário. E só começámos a compreender a razão de ser de tais números ao descobrir que: **apenas 10 % da população portuguesa tem facilidade em fazer chegar os filhos à universidade, 30 % ainda o pode fazer mas com grande sacrifício, e os restantes 60 % não têm quaisquer possibilidades normais** (17).

Assim, no ano de 1960, em Portugal, na Europa do século vinte, 7 ou 8 em cada 10 portugueses que nascem vêem a sua formação cultural e profissional limitada (ou mesmo impedida) por uma injusta situação social.

Para ter noção do que entre nós está por fazer, será útil ver os números comparados das empresas públicas de vários países com a educação e o ensino:

QUADRO XIV

MONTANTE APROXIMADO EM DÓLARES (USA), POR ANO E POR HABITANTE DAS DESPESAS PÚBLICAS COM A EDUCAÇÃO EM VÁRIOS PAÍSES DA EUROPA. O MESMO EM PERCENTAGEM DO RENDIMENTO NACIONAL OU DO PRODUTO MATERIAL BRUTO (8)

Ano	País	Desp. Púb. com a educação por ano e habitante (Em Dólares — USA)	Desp. Púb. com a educação em % do rendimento Nacional ou Prod. Mat. Liq.
Portugal	1960	7	2
Espanha	1960	4,35	1,4
Grécia	1957/58	4,6	1,6
Itália	1960/61	16	3,2
França	1960	32,6	3
Irlanda	1960/61	18,8	3,7
Jugoslávia	1958	9,3	3,7
Luxemburgo	1960	19,8	1,9
Áustria	1959	22,8	3,9
Polónia	1959	23,5	4,8
Dinamarca	1958/59	26	2,9
Bulgária	1960	30	3,9
Roménia	1959	30,6	—
Alemanha Ocidental	1959/60	41,3	3,6
Alemanha Oriental	1959	98	5
Hungria	1960	36,4	3
Holanda	1958	37	5,2
Suíça	1958	39,3	3,1
Inglaterra	1959/60	42	4,2
Escócia	1959/60	53	4,2
Suécia	1959/60	44,3	3,2
Finlândia	1959	45,9	6,3
Bélgica	1959	52,7	5,6
Checoslováquia	1960	67,8	—
U. R. S. S.	1960	120	7,1
U. S. A.	1957/58	97	4,6

5 — CONCLUSÃO — A REFORMA TOTAL DO ENSINO

A Crise — Se alguém quisesse eleger entre várias expressões em voga uma expressão lugar comum de inúmeras discussões nós propomos: a crise da Universidade. É realmente um lugar comum. Mas a persistência com que salta aos olhos é a demonstração da sua flagrante actualidade. E tomamos imediatamente uma posição — o sintoma de crise ou mal estar é a prova de que a Universidade se recusa a abdicar da sua função num momento em que lhe são retirados os meios: ser a renovadora da mentalidade nacional. Não é difícil verificar que a doença da Universidade é mais funda do que o conflito de uma geração. Tem andado em conflito com quase todas as gerações. Basta olhar para o tempo de Antero ou para o ano de 1907. É a morte de uma velha escola.

E o facto de um estudante se sentir mal na Universidade doente é sinal positivo: pelo menos não perdeu, ou já ganhou, a sensibilidade. É ainda mais positivo querer saber a razão de tal doença. E muitíssimo positivo é estar disposto a lutar contra as causas de tal enfermidade.

Neste sentido crise é o oposto de decadência.

A Reforma — A palavra reforma anda de igual modo na boca de toda a gente. Reforma do ensino, reforma da universidade, reforma das estruturas, reforma disto e daquilo. Mas entretanto nada se reforma. E parece claro

AUTOPSIA DO ENSINO

que a paralização só traz prejuízos e que conforme o tempo passa os danos se acumulam em escala geométrica.

Quem terá interesse em permanecer? Que barreiras se opõem à renovação? Quem ainda não compreendeu, ou não quer compreender, que do problema do ensino, da cultura do povo, depende a sobrevivência da nação? Da cultura do povo, o que quer dizer: da democratização do ensino, entendendo por democratização o conceder a todas as camadas sociais, aos jovens mais aptos de todas as origens a possibilidade de tirar o curso que a sua capacidade exige (18) e de que o país tem necessidade, levar a todos os habitantes da nação a oportunidade de se educarem, instruírem, informarem.

Da capacidade de realização do povo e da preparação e inteligência dos seus dirigentes depende a sobrevivência da nação. Está igualmente condenada à morte aquela sociedade em que a maior parte dos seus habitantes se tem de limitar a constituir um peso morto. Para além de um problema de valorização da dignidade humana é uma questão imediata e material de sobrevivência.

Se uma grande parte da nação não sabe ler nem escrever, se uma grande parte das crianças não vai à escola, se a grande maioria não pode fruir do ensino secundário e apenas uma ínfima proporção atinge a Universidade e se aqui mesmo não encontra a luz procurada, estamos perante um povo que, não chegando a tomar consciência da sua triste condição, não estará apto a melhorá-la.

A Verdadeira Reforma — E desta linha de análise decorre um imediato programa a exigir:

1) **A resolução do problema pedagógico**, a começar por uma actualização dos programas, pela modernização dos métodos de ensino de modo a dar ao aluno um papel activo na criação do seu saber. Porque o ensino não acaba na Universidade, o estudante deverá antes de mais aprender a investigar, relacionar, construir, fazer a síntese do seu pensamento com os factos.

2) Deve-se procurar criar um **ambiente social** estruturado nas escolas a todos os níveis. Os alunos devem-se organizar e adquirir a consciência de grupo, um sentido de responsabilidade e solidariedade, capacidade de colaboração. Aqui se insere a actividade circum-escolar.

3) Preparar os novos professores pela reforma das escolas normais e pela criação de escolas experimentais, cursos de aperfeiçoamento e estágio.

4) Criar centros de orientação profissional e encaminhar os jovens para os lugares de maior necessidade no país, de modo a cumprirem uma função social e encontrarem boas perspectivas de emprego e trabalho.

5) **Aumento do número de anos de escolaridade gratuita e obrigatória**. Elevar até à totalidade a taxa de frequência escolar primária efectiva. Multiplicar a frequência do ensino secundário e superior.

Condições — Para a realização de todo este programa uma condição se põe: a modificação da política económica do Estado para com o ensino. A longo prazo deverá traduzir-se num sistema que permita o acesso a todos os graus de ensino, de todas as classes sociais. Isto, contudo, apenas se obterá, dentro de uma planificação a certo prazo.

Todavia, imediatamente, podemos conseguir resultados notáveis através de:

— **Um sistema de bolsas de estudo**, abonos de família, prémios de aproveitamento, que possibilitem o estudo aos jovens economicamente incapacitados.

— **Uma campanha de educação nacional** imediata em que se tentará levar pelo menos a alfabetização aos grandes meios esquecidos, sobretudo os rurais. Campanha de que a Universidade não poderá estar ausente, dando a energia da sua juventude e os quadros de ensino que nos faltam.

— **Uma luta contra a mentalidade** de que o estudo

superior é um luxo o qual compele imensos jovens a seguir as profissões do pai ou um modo de vida familiar.

— **A abertura da Universidade aos problemas nacionais**. Esta é uma das suas primeiras funções: ser inteligência.

Os que amanhã dirigirão a nação têm o dever e o direito de conhecer, estudar e debater esses problemas.

E pomos fim ao nosso artigo.

Porque o estudante universitário já deu provas de saber vencer a inércia, viemos por este meio despertar-lhe a atenção adormecida e alertá-lo perante uma realidade grave: o ensino em Portugal.

Estamos em crer que este será o último apelo que neste sentido lhe é dirigido. Para tanto baseámos a exposição, o mais possível, no alarmante testemunho dos números.

Por vezes, numa sociedade organizada, o governo só localiza os males quando se vê a braços com as suas consequências. Aqui, como em toda a parte, compete à vítima a denúncia do facto, pois ela é a primeira a senti-lo. Os cancros sociais, sobretudo os pedagógicos, alastram. A nós incumbe despertar os governantes para a eminência do perigo. Por isso quisemos fazer ver que é do estudante que se espera o reclamar da doença e a exigência de um remédio próprio.

Essa a razão porque fazemos nosso o apelo do Sr. Presidente do Conselho: **refaça-se a educação quanto antes ou em breve teremos o anacronismo por timbre desta nação.**

É o tempo de pôr os pontos nos ii no que toca a conceitos de patriotismo.

Almeida Faria
Almeida Fernandes
Nuno B. Santos

NOTAS

(1) Citado em epígrafe in-Roteiro de Arte Portuguesa, Colecção Educativa, Série F, n.º 1 — Campanha Nacional de Educação de Adultos — Ed. do S. N. I.

(2) Por «experimentar progressivamente em qualidade queremos referir a forma como o indivíduo vai, no processo educativo, interpretando a experiência. Isto é: a partir do momento em que a experiência é cognitiva (ou educativa) — simultânea com o advento da «consciência do mundo» — o indivíduo vai interpretando cada vez mais inteligentemente a experiência até ao ponto em que, a partir dela, o pensamento já generaliza e induz».

(3) O sublinhado é nosso.

(4) **Consumo de Energia por Habitante** (em equivalente da hulha):

França	2.365	Dinamarca	2.388
Bélgica e Luxemburgo ...	3.853	Suíça	1.686
Holanda	2.674	Áustria	1.959
Alemanha (R. F.)	3.367	Finlândia	1.403
Itália	992	Grécia	399
Grã-Bretanha	4.594	U. S. A.	7.834
Noruega	2.477	Canadá	5.606
Suécia	2.955	PORTUGAL	354

Estes dados foram extraídos de «Statistiques de Base Pour Quinze Pays Européens — Office Statistique des Communautés Européennes» — 1961.

(5) **Nível de Consumo Alimentar** (calorias por dia e por pessoa):

França	2.923	Suécia	2.930
Bélgica e Luxemburgo ...	2.917	Suíça	3.063
Holanda	2.947	Áustria	2.987
Alemanha (R. F.)	2.943	Finlândia	3.115
Itália	2.667	Grécia	2.890
Grã-Bretanha	3.294	U. S. A.	3.110
Noruega	3.010	Canadá	3.100
Dinamarca	3.393	PORTUGAL	2.410

Estes números foram extraídos da «Statistique de Base Pour Quinze Pays Européens» O. S. C. E. — 1961.

O número considerado como mínimo indispensável corresponde a 2.700 calorias diárias.

(6) «L'Analphabétisme dans le Monde au Milieu du XXème siècle» UNESCO — 1957.

(7) Não inclui os territórios de S. Tomé e Príncipe e Macau.

(8) Extraído de «A Formação dos Engenheiros em Portugal perante as Necessidades do País» de Eng. Gonçalves Paulino — Comunicação feita ao Congresso do Ensino de Engenharia em Portugal, efectuado no I. S. T.

São nossos os sublinhados.

(Continua na pág. seguinte)

autópsia do ensino

- (9) In «Aspectos Quantitativos do Ensino em Portugal» de J. Matos Torres — 1961.
A maioria dos dados estatísticos são extraídos das publicações do I. N. E.
(10) In «Révue analytique de l'éducation» vol. XIII — n.º 3 — UNESCO — 1959.
(11) In «A Reforma do Ensino de Engenharia em Portugal» de Eng. Manuel Rocha. Os dados estatísticos referentes a Portugal são extraídos das publicações do INE.
São nossos os sublinhados.
(12) In «Jornal do Comércio» de 22/1/62.
(13) Francisco Moura e Teixeira Pinto in «Problemas do Crescimento Económico Português» — 1958.
(14) Entrevista a Quadrante n.º 11.
(15) Salários Médios na Agricultura.

	Beja	Braga	Lisboa	Porto	Santarém
Homens	20\$00	17\$00	35\$00	21\$00	29\$00
Mulheres	12\$00	11\$00	20\$00	13\$00	15\$00

Dados extraídos de «Problemas Fundamentais da Economia» de Francisco Moura — 1962.

(16) Salários Médios na Indústria.

	Número de Operários	Salário diário
Algodões e outras fibras	65.114	26\$40
Cortiça	17.863	29\$90
Conservas de Peixe	17.366	22\$90
Lanifícios	17.339	30\$20
Malhas	11.767	22\$30
Construções e Reparações Navais	10.486	57\$20
Cerâmica de Construções	8.707	29\$00
Vidro	7.737	39\$00
Porcelanas e Faianças	6.848	33\$70
Pasta e Papel	5.812	28\$10

Dados extraídos de «Problemas Fundamentais da Economia» de Francisco Moura — 1962.

(17) Resultado de uma amostragem feita no Instituto de Orientação Profissional, durante o ano lectivo de 1960/61 sobre a origem dos alunos que ultrapassam o 5.º ano dos liceus:

Filhos de operários	1 %
» » construtores civis	2 %
» » proprietários rurais	5 %
» » funcionários públicos	11 %
» » oficiais do exército e armada	14 %
» » comerciantes, empregados do comércio, bancos, etc.	21 %
» » professores, engenheiros, veterinários, etc.	46 %

(18) No exame de nível mental dos candidatos a operários da Siderurgia Nacional, feita no Centro Psicotécnico de Lisboa, verificou-se que 55 % dos homens que tinham a 4.ª classe possuíam nível mental que lhes permitia, pelo menos, obter um curso médio. É de notar que este exame foi feito a adultos anquilosados, a maior parte deles, por uma vida deformante.

O «ENCONTRO» E O DEC.º

(Conclusão)

no mesmo número do «Encontro», «Representação dos Estudantes nos Órgãos da Universidade» da autoria de E. N.).

Talvez agora, depois de ter lido o que no seu próprio jornal se escreve, o autor do artigo (e o «Encontro», também, uma vez que o escrito não vem assinado) sinta uma sombra de tristeza toldar o seu regozijo.

e) Finalmente, é, pelo menos, chocante que o «Encontro», jornal dos Universitários católicos, perante «a abundância de medidas cautelares» (que, na economia do decreto, representam uma fracção de 15 %), a única coisa que tenha a dizer seja que, sem elas, «o decreto poderia ser muito mais harmónico e de aplicações muito mais universais», e que as referidas medidas «lhe dão uma sobrecarga defensiva um pouco desproporcionada».

E mesmo esta crítica (a um defeito que — o «Encontro» tem o cuidado de o frisar — «talvez seja mais de forma que de fundo»), não deixa de (apetece dizer: «à cautela») ser precedida de um louvor à «coragem (!) do legislador, por ter querido, apesar de tudo, tentar uma via de solução para os problemas agitados».

Quanto à validade dessa «via

de solução», e apesar de o preceituado, em matéria de sanções, nos artigos 15.º e 17.º representar um clamoroso atentado à autonomia da Universidade (que o «Encontro» vê consagrada, justamente, no art.º 17.º e seu § 1.º), nem uma palavra! Mas compreende-se: o problema, afinal, «é mais de forma que de fundo»...

Francisco Ferreira Gomes
Jorge Santos

(1) Não é, evidentemente, nosso intuito debater aqui as coordenadas do sindicalismo universitário, nem sequer dizer da bondade ou falácia das suas soluções. Mas é de certo conveniente jogar com conceitos exactos. Para isso, aconselhamos a leitura de «Le Syndicalisme Étudiant», de Michel de la Fourrière e François Borella.

(2) Por ex., a C. F. T. C., Confédération Française des Travailleurs Chrétiens.

(3) Referimo-nos ao laicismo universitário em toda a sua pureza, de modo algum coincidente com o praticado entre nós.

(4) A revista «Presença», da J. U. C. F. esteve também representada.

N. da R. — Para além da óbvia responsabilização dos seus autores, Quadrante dá o seu total acordo às afirmações contidas neste artigo e friza claramente a sua firme intenção de não entrar em polémica com a publicação visada, até porque a crítica que lhe é feita é um mero ponto de partida para a tomada de posição, a que um assunto de tão grande importância para a Universidade portuguesa nos obriga.

Parecer de Regulamentação — e para a concordância na generalidade manifestado pelos dirigentes associativos. A melhor perspectiva que pode aguardar a Universidade é uma frutuosa cooperação entre Professores e Alunos. Como alguém disse, a Universidade Portuguesa nasceu dos estudantes, tornou-se mais tarde de professores e hoje, na realidade, não pertence a estudantes nem professores. É tempo de professores e estudantes a reclamarem. E para isso quase terão que a construir.

Este número de QUADRANTE tem como especial objecto o estudo de dois temas — o En-

quanto outros — eles o afirmam — permanecem, não sei por que processo, chegam ao fim e recebem o tão ansiado epíteto de doutores.

Mas é fácil criticar e é difícil construir...

LAGIDO — Como ponto chave da reforma do ensino, considero a adequação do ensino às exigências da vida moderna, a formação de uma mentalidade renovada que saiba realizar a síntese entre o tecnicismo e o humanismo e a democratização do ensino.

No plano universitário, é urgente a criação de uma «Comissão da Reforma dos Estudos», na qual considera essen-

DEPOEM três Estudantes

sino e a Universidade e perspectivas de reforma. Por isso será oportuno vos ouvir sobre esta questão.

LAURINDA — Já não é de hoje nem de ontem ouvir os estudantes lamentarem ter ingressado neste ou naquele curso, o que prova, talvez empiricamente mas puramente, que alguma coisa não correspondeu ao que se esperava.

As críticas não são originais — as matérias a estudar são dadas sem interesse, demasiado extensas e complexas; os elementos de estudo são limitados, inexistentes ou de difícil acesso por razões monetárias (estas razões infelizmente estendem-se até às próprias folhas, que apesar de folhas nem baratas são), e acontece, não raras vezes que se a curiosidade e o interesse de saber leva alguns a procurar colher elementos em autores portugueses ou estrangeiros, reconhecem nos exames que isso além de inútil lhes é prejudicial.

Por se não saber discernir o que é utilidade e o que não é utilidade? Inexistência de um espírito crítico? Ou porque arreigados ao «magister dixit» os estudantes não dizem o que o «magister dixit»?

Em matéria de organização oscila-se entre uma desarticulação anárquica e um dirigismo rigoroso e apertado. Embora a experiência vá revelando no tempo a utilidade da antiga divisa romana «in medio virtus» os movimentos pendulares não a permitem.

Outro aspecto lamentável é o das despesas que qualquer curso importa, impedindo muitos de os frequentarem e originando assim a nossa selecção económica, como a adoptada nos espectáculos públicos, en-

cial a participação dos estudantes através de categorizados representantes seus.

A Reforma dos Estudos deverá ser completada por uma renovação dos quadros docentes e por uma reforma estrutural da Universidade com a integração das AA.EE no governo da mesma Universidade.

Falaste em democratização do ensino. Penso que relacionas a democratização com um acesso verdadeiramente livre de toda a população a todas as Escolas, à condenação do critério económico de selecção.

Que tens a dizer sobre isto?

LAGIDO — A Universidade deve estar aberta a todos que tenham uma vocação intelectual e a capacidade para a realizar. Assim qualquer discriminação económica é inadmissível.

No entanto, o obstáculo mais frequente ao livre acesso à educação e a uma formação profissional é a situação económica. As soluções entre nós adoptadas são esporádicas, incompletas e iludem a questão de princípio.

Entre as soluções empregadas ou encaradas em outros países, podemos mencionar uma mais larga atribuição de bolsas de estudo, concessão de empréstimos, o estabelecimento do pré-salário.

Por outro lado, a liberdade de acesso à Universidade implica um mínimo de orientação vocacional à escala nacional e muito particularmente exigências estritas no que toca à capacidade mental dos candidatos.

J. ALEXANDRE — Só lamento que ainda seja necessá-

(Conclui na pág. 23)

A Revista que tantos esperavam

O TEMPO E O MODO

REVISTA DE PENSAMENTO E ACÇÃO

Uma revista aberta a todos os que, em inquietação e em esperança, se debruçam sobre a realidade e o povo português

**ARTIGOS • CRÓNICAS • ANTOLOGIA
NOTICIÁRIO CRÍTICO • ARTES E LETRAS**

O TEMPO E O MODO será dirigida por António Alçada Baptista, editada por Pedro Tamen, e contará nos seus primeiros números com a colaboração de (entre outros) Adérito Sedas Nunes, Alexandre O'Neill, António Ramos Rosa, Carlos Portas, Francisco Ferreira Gomes, Francisco Lino Netto, Francisco Salgado Zenha, João Bénard da Costa, João Cravinho, Jorge Sampaio, José Vera Jardim, Manuel de Lucena, Mário Brochado Coelho, Mário Cardia, Mário Murteira, Mário Soares, Nuno de Bragança, Nuno Teotónio Pereira, Orlando de Carvalho, Vasco Vieira de Almeida, Vitor Wengorovius, etc.

Peça mais informações e condições de assinatura para a Redacção e Administração

Rua dos Douradores, 83-3.º Dt.º // LISBOA-2

Collecção NOVOS

NOVOS
ROMANCISTAS

NOVOS
DRAMATURGOS

NOVOS
POETAS

NOVOS
CONTISTAS

NOVOS
ENSAISTAS

UMA
INICIATIVA
ÚNICA NO
NOSSO PAÍS

A PRESENÇA RENOVADORA DA JUVENTUDE NA
MODERNA LITERATURA PORTUGUESA

Vol. I — SÉRIE NOVOS ROMANCISTAS

RUMOR BRANCO

Por ALMEIDA FARIA

Prémio

Revelação de Romance — 1962

«É-me sobremaneira grato anunciar o aparecimento de um desde já invulgar escritor e, confiadamente, de um futuro grande escritor».

do prefácio de Vergílio Ferreira

Vol. II — SÉRIE NOVOS DRAMATURGOS

O TESTAMENTO

Peça de FIAMA HASSE PAIS BRANDÃO

Prémio

Revelação de Teatro — 1961

Próximos volumes

OS PASSOS EM VOLTA

Contos por HERBERTO HELDER

POST-SCRIPTUM

Poemas de CÉSAR PRATAS

Prémio

Revelação de Poesia — 1962

PORTUGÁLIA EDITORA

Telefs. 31975 e 35015

Fernando de Abranches-Ferrão
ADVOGADO

Rua do Crucifixo, 50, 1.º, Esq.

LISBOA

Fernando Rocha Calixto

ADVOGADO

Rua do Ouro, 149, 2.º, Dt.º

LISBOA

Telef. 323401

A. J. de Vasconcelos Carvalho
ADVOGADO

Escritório: R. Nova do Almada, 24, 2.º, Esq.

LISBOA

ARTUR CUNHA LEAL
ADVOGADO

Rua Augusta, 138, 2.º, Esq.

LISBOA

Telef. 3 06 41

Manuel João da Palma Carlos
ADVOGADO

Rua dos Sapateiros, 123, 2.º

LISBOA

Telef. 30018

Monteiro Júnior
ADVOGADO

Escritório: Travessa do Carmo, 12, 1.º

LISBOA

Arlindo Vicente
ADVOGADO

Rua dos Sapateiros, 70, 1.º

LISBOA

Telef. 32 86 70

JOSÉ NOGUEIRA
ADVOGADO

Escritório: R. do Carmo, 69, 1.º, Esq.

LISBOA

LIVROS SOBRE:

Direito, Economia e Finanças

e todas as secções
duma grande e
boa LIVRARIA

encontra V. Ex.^{ma} na

LIVRARIA PORTUGAL

RUA DO CARMO, 70

LISBOA — Telef. 30582/3 - 328220

DUAS OBRAS DE INVULGAR ENVERGADURA

O MITO DO ESTADO

ERNEST CASSIRER

Esta obra de Cassirer, um dos mais fecundos filósofos contemporâneos, introduz o leitor nos problemas relativos à luta contra o mito na história das teorias políticas, através do estudo da estrutura do pensamento mítico, do mito e da linguagem e psicologia das emoções.

Cassirer analisa a preparação dos modernos mitos por Carlyle, o fundo metafísico da teoria de Carlyle e da sua concepção de herói. O Autor considera que o culto do herói conduz ao culto da raça e à teoria da «raça totalitária», estuda a influência da filosofia de Hegel no desenvolvimento do pensamento político moderno e a teoria hegeliana do Estado e expõe, finalmente, a técnica dos mitos políticos modernos.

Col. «Biblioteca Universitária» / 1 vol. de grande formato 75\$

TEORIA DA LITERATURA

RENÉ WELLEK e AUSTIN WARREN

Um livro em que se analisam sistematicamente os problemas da literatura. As novas perspectivas da crítica literária e do estudo científico dos géneros, dos estilos e da criação literária. Uma obra indispensável aos estudantes de Letras e de todos quantos desejam aprofundar o seu conhecimento da arte literária.

Col. «Biblioteca Universitária» / 1 vol. de grande formato 75\$

PEÇA-NOS O CATALOGO GERAL DAS NOSSAS EDIÇÕES

PUBLICAÇÕES EUROPA-AMÉRICA

RUA DAS FLORES, 45 ★ LISBOA-2

Novidade Literária

ACABA DE SAIR

“A Questão Académica de 1907”

POR

NATÁLIA CORREIA

Preço 25\$00

Um estudo altamente objectivo e oportuno da
crise académica de 1907

Pedidos a

Editorial Minotauro

R. D. Carlos Mascarenhas, 73-B

Empresa de Publicidade Seara Nova

Rua Luciano Cordeiro, 103-1.º

LISBOA-1

Condições especiais de venda para
assinantes da «SEARA NOVA»

Luis de Carvalho e Oliveira

A PERSONALIDADE
DO DELINQUENTE

SOCIEDADE E O CRIME

CRIMINALIDADE JUVENIL
EM PORTUGAL

EDUARDO FIGUEIREDO

EURICO FERREIRA

ADVOGADOS

RUA AUGUSTA, 228-2.º
Telef. 22363 • LISBOA

Telef. 3 52 48

LUÍS SAIAS

ADVOGADO

Escritório: Rua Augusta, 281, 2.º D. — LISBOA

rio dar opiniões sobre este assunto. Uma democratização do ensino, um sistema de livre acesso à Universidade, não dependente de possibilidades económicas, deveria ser, quanto a mim, um dogma indiscutível. Pelas implicações que encerra é mais um tema para horas de conversa. Limite-me a lembrar que o capital investido no Ensino e na Educação é de longe o de maior rentabilidade e que, de uma política intensiva de fomento educacional, seria a Nação a única beneficiada.

Saliento ainda a extraordinária importância de uma tal política num País em desenvolvimento, em que a necessidade de quadros se faz sentir e se

dizia o José Abreu), por fingida e inútil.

Aconteceu que vivi muito de perto os acontecimentos da luta e do luto académicos; desde o princípio me interessei e acompanhei os meus colegas. Pensei que me tinha enganado, que havia razões fortes e sinceras, que afinal a vida associativa era uma vida de homens que, reunidos, podiam com maior facilidade atingir o que desejavam.

Gostaria de não ter passado deste ponto, de não relembrar o fim, se é que houve fim, dos acontecimentos, mais que o fim dos acontecimentos, o fim daquela, afinal apenas emoção associativa.

Quando chegou a altura, e

do semelhante, um alheamento das condições próprias e dos outros. Procura-se receber o máximo e dar o mínimo. Estamos a viver sob o efeito de mistificações graves que deformam o pensamento e a acção.

O desinteresse do estudante português pelo assuntos associativos é apenas uma das manifestações do seu desinteresse pela vida, pelos problemas que transcendem a sua pessoa, verdadeiro centro do Universo.

As AA.EE são factores de união, um elemento altamente eficaz na descoberta do mundo que nos cerca e que é formado, em primeira análise, por aqueles que conosco trabalham.

E altura adequada para prestar a minha homenagem a todos os que lutam contra esta deplorável conjuntura. Neste núcleo lucidamente inconformista estão consubstanciadas as nossas esperanças numa reforma que, de dia para dia, se torna mais urgente.

Mas como sairemos desta situação? Estaremos limitados a um generoso trabalho de dar consciência a uma maioria positivamente desinteressada?

J. ALEXANDRE — O problema não se põe desse modo. Este núcleo aumenta e aumentará incessantemente. Para a indiferença dos universitários contribui o facto de ser bastante limitada a sua esfera de origem social. A abertura da Universidade ao que podemos chamar o povo trará uma renovação sem precedentes na história da nossa Universidade.

Contudo, mesmo na situação actual, é claro que se progride e que não trabalhamos reduzidos a minorias ou isolados. Apesar da indiferença, a maioria dos estudantes têm a consciência de que os seus interesses estão na sua Associação. Sem isto seria inexplicável toda a história da nossa actividade. Seria impossível tudo o que se passou no último ano. O problema ganha relevância é quando se exigem sacrifícios. Por isso mais uma vez quero recordar os que, no meio de toda ambiguidade e de todo o individualismo, vão até ao fim.

veio demasiado tarde, de manter os pés firmes e de afirmar os valores que nos tinham orientado — eu pensava que nos tinham orientado alguns valores — só nessa altura se lembraram os estudantes de «passar» em tudo.

Hoje a minha impressão é de decadência. A Faculdade está só, os mesmos estudantes passeiam pelos mesmos corredores. Há vazio e pouco calor. Alguns lutam ainda. Parece-me uma luta desesperada, um atear de fogo sem achas. E eu continuo a pensar que não é possível, quando a base substancial foi corroída, levantar andares. É lamentável que uma ideia «pessimista» de inexperiencede tenha recebido confirmação da realidade.

Pensas portanto que o movimento associativo entrou num beco sem saída?

LAURINDA — Não. Embora continue a ver assim quase toda a vida associativa — eu restrinjo-me contudo à Faculdade de Direito — acredito que há um caminho para o futuro. Resta apenas saber descobrir a entrada.

Queria também ouvir, J. Alexandre, a tua resposta a esta pergunta: qual o interesse das massas estudantis pelas coisas comuns?

J. ALEXANDRE — O interesse que existe é realmente escasso, pelo menos insuficiente.

O problema é profundo: a inconsciência associativa que lamentamos é apenas uma modalidade de um defeito grave de formação que gerou um sentimento de individualismo, já enquistado, um desinteresse pelos problemas e dificuldades

(Conclusão)

foi requerer o encerramento de matrículas; apenas 107 estudantes, entre os quais tive a honra de me contar mantiveram o compromisso solene assumido por todos.»

E para pôr termo à questão, sem deixar vestígios, veio finalmente a amnistia dos expulsos.

Não foi talvez glorioso o fim da greve. Mas nem tudo se perdeu. Ficou uma consciência e uma denúncia que força nenhuma pode apagar. E o regime que tão injustamente respondeu às aspirações da Juventude e da Universidade teria mais três anos de existência.

Por tudo o que dissemos é útil a leitura deste estudo de Natália Correia, donde, aliás, extraímos quase todas estas notas. E a meditação da História serve sempre, para o presente e para o futuro.

D. J.

DEPOEM

três Estudantes

tornará ainda mais premente com esse mesmo desenvolvimento: por tudo a Nação reclama um livre acesso aos meios de Ensino e à Universidade.

A participação e o interesse da generalidade dos estudantes na vida associativa sendo condição de qualquer trabalho fecundo nem sempre é tão activa e geral como seria de esperar. Que se passa neste momento quanto à adesão dos estudantes às iniciativas comuns?

LAGIDO — Hoje, o interesse das massas estudantis pelas suas associações limita-se às secções de Folhas, às desportivas, a algumas realizações de convívio e pouco mais.

É preciso fazê-los sentir que o movimento associativo não se reduz a uma actividade interessada para os sócios. É essencialmente uma corrente renovadora, que procura integrar os estudantes na vida da comunidade universitária. É um movimento para os estudantes. Sem o seu interesse e apoio, para além dos momentos de exaltação ou emoção colectiva, o que se fizer terá reduzida repercussão.

LAURINDA — A minha experiência associativa foi recente, breve, e particularmente dura.

Visto de fora, o movimento associativo parecia restrito: alguns andavam lá, alguns faziam ou pretendiam fazer alguma coisa. Não sabia mais que isto. Colocara-me numa posição individualista e não transigia para além do normal convívio com a secção de folhas... e com aqueles bailes aos caloiros e pelo carnaval. Era isto a minha vida associativa. E a vida associativa dos outros (desses tais poucos) considerava-a «pessimistamente», (como

ÚLTIMA HORA

Consagração Internacional de «Quadrante»

Quadrante acaba de receber um convite do Comité Organizador da «Assemblée Européenne de la Presse Etudiante», a realizar em Bruxelas em 10 e 11 de Fevereiro, em colaboração com o Centre National de la Presse Etudiante e do Bureau Universitaire du Tourisme, para participar no citado Congresso. O tema central é «A Aproximação dos Povos Europeus para uma Melhor Compreensão dos Problemas de cada País».

Como o único jornal português a ser convidado, Quadrante é colocado não só numa posição de consagração internacional a que o trabalho já efectuado dá jus, mas também perante novos deveres para com o público universitário a que se destina.

Nesta perspectiva parece aos dirigentes associativos do maior interesse a ida de uma representação do jornal ao citado Congresso, e desde já, pelos contactos que o presidente da direcção cessante, José Abreu, efectuará junto do Magnífico Reitor da Universidade de Lisboa e do Ministro da Educação Nacional, se afigura a séria possibilidade da presença de estudantes portugueses neste Congresso e cujos frutos poderão ser notáveis para uma verdadeira imprensa dos universitários portugueses.



A UNIVERSIDADE E A NAÇÃO

«De qualquer maneira, a Universidade é o grande laboratório onde, em cada geração, se prepara uma parte considerável do escol nacional. Reside nessa missão a sua grande responsabilidade social. E para ser digna dela a Universidade tem de estar plenamente consciente das realidades, dos problemas, das aspirações do seu País, de modo a poder contribuir para a definição dos dados e para o encontro das soluções.

«A ciência que a Universidade cultiva é universal» sem dúvida. Mas podemos nós os universitários, esquecer que o homem procura o saber da Natureza e do Espírito para melhorar a sua condição? Podemos nós criar um Mundo à parte donde sejam excluídas todas as participações do povo a que pertencemos? Podemos caminhar da pura lógica ou da ideal perfeição, sem querer saber dos resultados que a excelência dessas intenções pode acarretar numa prática desvirtuada e turbulenta?

Eu creio que a Universidade só está à altura das suas responsabilidades quando tenha o conhecimento quanto possível exacto das condições do meio em que actua e das responsabilidades de melhoramento e de progresso que ele oferece para aproveitar umas e outras com discernimento e conseguir o seu êxito com segurança».

PROF. MARCELLO CAETANO

(in Revista de Angola, n.º 14 — Agosto de 1960)

LEÃO XIII (RERUM NOVARUM)

«A experiência que o homem adquire todos os dias da exiguidade das suas forças obriga-o e impele-o a agregar-se... Desta propensão natural, como dum único germe, nasce primeiro a sociedade civil; depois, no próprio seio desta, outras sociedades particulares... O direito da existência foi-lhes outorgado pela própria natureza.

«Por esta razão, uma sociedade que proibisse as associações públicas e particulares atacar-se-ia a si mesma...

«Proteja o Estado estas sociedades fundadas segundo o direito; mas não se intrometa no seu governo interior e não toque nas molas íntimas que lhes dão vida; pois o movimento vital procede essencialmente dum princípio interno, e extingue-se sob a acção duma causa externa.»

ANTOLOGIA

A UNIVERSIDADE PORTUGUESA NASCEU AUTÓNOMA E

LIVRE

«Era um verdadeiro bairro escolar que D. Dinis visionava, e que de facto a acção do tempo criou e radicou no burgo coimbrão, sobretudo na parte alta da cidade.

A fisionomia medieval deste burgo podemos imaginá-la por esta Provisão (1), ou antes, Carta de Privilégios, mórmente se evocamos outros diplomas, como o de 27 de Novembro de 1308, em que o rei concede aos estudantes que «hajam seus carneiros, e seus vinhateiros e suas padeiras, e metam seus almotacés». Neste burgo universitário os estudantes eram senhores. Isentos da justiça comum, libertos da especulação dos tendeiros, mesteiros e senhores, vivendo sob a guarda e encomenda real, pela sua segurança vigiavam os conservadores da Universidade e o próprio alcaide de Coimbra (29 de Dezembro de 1318); e dentro da Universidade, na sua vida interna, eram eles ainda que detinham o poder, elegendo os reitores, o bedel, simultaneamente escrevão, e os oficiais do estudo, sem dependência de confirmação régia. Dos dois sistemas de governo e administração universitária, que com mais ou menos pureza caracterizaram as universidades medievais — o tipo parisiense, professoral, em que a soberania pertence aos professores, e o tipo bolonhês, em que a soberania pertence aos estudantes — foi o sistema bolonhês que influenciou a fundação dinisiana e se manteve com alterações e vicissitudes várias até ao século XVI.

D. João I atenuou esta soberania, reclamando a confirmação régia para o provimento dos oficiais; mas foram as ideias centralistas dos romanistas e a nova ideologia do estado quinhentista que destruíram o regime interno da universidade medieval portuguesa. Este regime era de franca e completa autonomia. Uma verdadeira escola de liberdade. O corpo dos estudantes elegia anualmente dois reitores, escolhidos normalmente entre os próprios escolares, os quais com os conservadores e sem dúvida os mestres, presidiam ao governo da Universidade, administrando as suas rendas, nomeando os professores e vigiando os privilégios.

O regime e ordenação dos estudos cumpria aos estudantes. Pela «Magna Charta Privilegiorum», como vimos, concedia-se aos escolares o direito de ordenarem os estatutos, que haviam de reger a Universidade. Afigura-se-nos claro que exerceram este direito: o exercício da actividade docente e discente não poderia ter sido caprichosa».

(1) Magna Charta Privilegiorum, de 1309, pela qual D. Dinis concede privilégios e autonomia à universidade.

PROF. JOAQUIM DE CARVALHO
(História de Portugal — edição de Barcelos, Vol. II)

QUADRANTE

Publicação não periódica

DIRECTOR E EDITOR INTERINO

Almeida Fernandes

CHEFE DE REDACÇÃO

Rui Namorado

SECRETARIA DE REDACÇÃO

Marília Viegas

REDACTORES

Almeida Faria

Helder Costa

Isabel Gentil

Joaquim Ortigão

Rui Neves

ADMINISTRAÇÃO

Jorge Loureiro

Luís de Andrade

Manuela Camacho

DIRECÇÃO GRAFICA

Alfredo Barroso

DELEGADO EM COIMBRA

Correia de Campos

DELEGADO DO PORTO

ESBAP

Composição e impressão:

Tip. Leandro, Lda.

Todos os textos assinados são da exclusiva responsabilidade dos autores.

EDITORIAL

A revisão de critérios e atitudes é uma imposição que necessariamente se faz sentir a todos aqueles que se norteiam pela linha da evolução real. Mas quando os factos, na sua sucessão, nos transportam para os domínios do imprevisível (estranhos, pois, à normal evolução), aquela revisão ganha um relevo e uma premência a que nos não podemos furtar.

E este é o caso, na realidade estudantil portuguesa do momento.

Por isso, Quadrante crê chegada a hora de, chamando a si a expressão da opinião comum, declarar guerra ao tradicional amadorismo que, motor das realizações estudantis, as vem condenando à ineficácia. Ou, no que mais estreitamente o atinge, Quadrante constata a deplorável ignorância ainda reinante entre os estudantes, no que respeita a questões do seu mais directo interesse.

Assim, e no alinhamento do que fica exposto, entendemos ser a missão dum jornal académico — e órgão duma Associação de Estudantes — predominantemente formativa, em especial no que toca aos assuntos mais afectos ao leitor enquanto associado.

Assente esta perspectiva, começaremos pela base, debruçando-nos neste número sobre dois temas que consideramos condicionantes da missão que nos propomos. São eles: o ENSINO e a UNIVERSIDADE.

Julgamos assim responder às duas questões mais primárias com que o universitário poderá deparar. Dizer o que é o Ensino, o que representa numa sociedade organizada e o que visa resolver, bem como os meios de que, para tanto, se serve é, quanto a nós, um seguro ponto de partida para uma melhor compreensão de muitos dos males que nos afectam. De igual modo, só um esclarecimento definitivo do conceito de Universidade e da sua missão, poderá despertar o estudante para a trágica realidade em que se encontra a Universidade portuguesa: uma colha morta (porque inerte e fechada) ao sabor do vento (ou de quem a governa que, do mesmo modo, lhe é estranho); no entanto, nada mais adverso a uma instituição dinâmica, aberta e capaz de conduzir os seus próprios passos...

Um ensino irrelevante e uma Universidade caduca: eis dois problemas de que a nação se ressent e cuja solução compete ao estudante reclamar.